

FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,  
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA

**O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NAS  
AULAS DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
EM SÃO MATEUS - ES**

São Mateus

2017

MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA

**O RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NAS  
AULAS DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL  
EM SÃO MATEUS - ES**

Dissertação apresentada à faculdade Vale do Cricaré para  
obtenção do título de Mestre em Gestão Social Educação e  
Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e  
Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Mestre Luana Frigulha Guisso.

São Mateus

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

S587r

Silveira, Marília Alves Chaves.

O reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental em São Mateus – ES / Marília Alves Chaves Silveira – São Mateus - ES, 2017.

80 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2017.

Orientação: Prof.<sup>a</sup>. Ma. Luana Frigulha Guisso.

1. Ensino de História. 2. Preservação. 3. Patrimônio Cultural imaterial. I. Título.

**MARÍLIA ALVES CHAVES SILVEIRA**

**O Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial nas aulas  
de História nos anos finais do Ensino Fundamental no  
município de São Mateus-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovada em 23 de junho de 2017.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



---

**Profa. Me. LUANA FRIGULHA GUISSO**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)  
Orientadora



---

**Prof. Dr. MARCUS ANTONIUS DA COSTA NUNES**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Profa. Dra. SÔNIA MARIA DA COSTA BARRETO**  
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



---

**Prof. Dr. SEBASTIÃO PIMENTEL FRANCO**  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, mestre de toda a Terra, que me oportunizou por Sua infinita misericórdia, o privilégio de cursar o Mestrado e sustentar a mim e a minha família em toda a nossa trajetória.

À minha filha Marjoly, amiga e companheira de todas as horas, que com muita, paciência, alegria e amor, foi a minha força para concluir esse projeto.

À minha família, pela confiança, motivação e apoio em todas as horas. Filha, filho João (ainda no ventre), pai (João), mãe (Marcília) e esposo (Josemar), vocês são parte dessa conquista, me sustentaram em todo o instante, vocês me apoiaram para que eu conseguisse.

À minha orientadora, professora Mestre Luana Frigulha Guisso, pela paciência, dedicação e pelos ricos conhecimentos que compartilhou comigo.

Aos professores, pelos momentos de muito aprendizado.

Aos meus alunos, que muito contribuíram para o sucesso desta pesquisa, pois foram a esperança de que a educação pode oportunizar a construção de uma sociedade melhor.

Aos membros da banca, Professor Doutor Marcus Antonius da Costa Nunes, professora Doutora Sônia Maria Barreto e professor Doutor Sebastião Pimentel, pelas valiosas contribuições.

A todos os colaboradores, colegas de trabalho e demais pessoas, que de alguma forma contribuíram para que eu realizasse esse projeto, tão relevante para minha vida profissional.

“A História não se aprende, apreende-se”

(FEBVRE, 1878/1956 - historiador francês)

## RESUMO

SILVEIRA. Marília Alves Chaves. **O Reconhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental em São Mateus, ES.** 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2017.

Nessa dissertação, apresentamos os resultados de uma pesquisa que tem como objetivo analisar a contribuições do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, um dos níveis da Educação Básica, no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial, provocadas pela seguinte questão: Como o processo ensino-aprendizagem de História pode contribuir para o reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial local? No intento de gerar argumentos fundamentados tanto teórico quanto empiricamente, utilizou-se critérios objetivos fundamentados pela perspectiva da pesquisa-ação, e definiu-se como campo de pesquisa o município de São Mateus, localizado no estado do Espírito Santo. Para tanto, na fase inicial da análise, procede-se à pesquisa bibliográfica para, posteriormente, abordar a relação existente entre o ensino de História e o processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural Imaterial. Por fim, apresentamos as considerações da pesquisa, que apontam para a ínfima relação entre o ensino de História, visão de cidadania e leitura de mundo, pautado na relação teoria e prática, que beneficiando-se das abordagens da Nova História Cultural, incentivam a valorização de todos os elementos históricos do cotidiano, que consolidam no saber discente a percepção do sujeito histórico e o estimula a conhecer e valorizar o patrimônio cultural imaterial do município, para que este seja capaz de construir reflexões e intervenções com autonomia em sua localidade.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Preservação. Patrimônio Cultural Imaterial.

## **ABSTRACT**

SILVEIRA. Marília Alves Chaves. The Recognition of Intangible Cultural Heritage in History classes in the final years of Elementary School in São Mateus, ES. 2017. 80 f. Dissertation (Professional Master in Social Management, Education and Regional Development) - Vale do Cricaré College, São Mateus, 2017.

In this dissertation, we present the results of a research that aims to analyze the contributions of History teaching in the final years of Elementary Education, one of the levels of Basic Education, in the process of recognition and preservation of intangible cultural heritage, caused by the following question: How can the teaching-learning process of history contribute to the recognition and preservation of the local intangible cultural heritage? In an attempt to generate arguments based both theoretically and empirically, objective criteria based on the perspective of action research were used, and it was defined as Field of research is the municipality of São Mateus, located in the state of Espírito Santo. To do so, in the initial phase of the analysis, we proceed to the bibliographic research to later, to approach the relationship between the teaching of History and the process of recognition and preservation of Intangible Cultural Heritage. Finally, we present the research's considerations, which point to the very small relationship between the teaching of History, the vision of citizenship and the reading of the world, based on the relation between theory and practice, which, benefiting from the New Cultural History approaches, Of all the historical elements of the daily life that consolidate in the student's knowledge the perception of the historical subject and stimulates him to know and to value the intangible cultural heritage of the municipality so that he is able to construct reflections and interventions with autonomy in his locality.

Keywords: History Teaching. Preservation. Intangible Cultural Heritage.

## LISTA DE SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| CAPES  | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior        |
| DCNEM  | Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica               |
| EMEF   | Escola Municipal do Ensino Fundamental                             |
| IPHAEP | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba |
| IPHAN  | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional             |
| LDB    | Lei de Diretrizes e Bases  |
| MEC    | Ministério da Educação e Cultura                                   |
| PCN    | Parâmetros Curriculares Nacionais                                  |
| PNPI   | Programa Nacional do Patrimônio Imaterial                          |

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1 - Mapa do município de São Mateus, ES.....  | 43 |
| Figura 2- Apresentação do Jongo São Benedito.....  | 49 |
| Figura 3-Prática da Capoeira em São Mateus, ES.....  | 50 |
| Figura 4 - ID: 38917 Código de Localidade: 3204906 Município: São Mateus – Reis de Bois..... | 51 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| Tabela 1 - Dados estatísticos (IBGE) do município de São Mateus,ES.....   | 44 |
| Tabela 2 - Dados mais recentes do município de São Mateus.....            | 44 |
| Tabela 3 - Aspectos educacionais.....                                     | 45 |
| Tabela 4- Escolas Municipais do Ensino Fundamental em São Mateus, ES..... | 46 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas sobre o Patrimônio Cultural e Imaterial de São Mateus, ES..... | 61 |
| Gráfico 2– O currículo escolar da rede municipal de São Mateus, ES.....                             | 66 |
| Gráfico 3 – Os desafios para a realização das práticas pedagógicas.....                             | 67 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>14</b> |
| <b>2 VISÃO CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA E NO CONTEXTO EDUCACIONAL</b> .....  | <b>19</b> |
| 2.1 HISTÓRIA COMO CIÊNCIA .....  | 19        |
| 2.2 HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR .....   | 23        |
| <b>3 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS</b> .....   | <b>26</b> |
| 3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CONCEITOS .....   | 26        |
| 3.2 A CULTURA IMATERIAL LEGAL NO BRASIL.....   | 30        |
| 3.3O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELAÇÃO COM O RECONHECIMENTO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LOCAL ..... | 35        |
| <b>4 SÃO MATEUS, ES: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....  | <b>40</b> |
| 4.1 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, ES .....   | 47        |
| <b>5 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....   | <b>53</b> |
| 5.1 LOCAL DA PESQUISA .....  | 56        |
| 5.2 SUJEITO DA PESQUISA.....   | 56        |
| <b>6 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA</b> .....   | <b>58</b> |
| 6.1 RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....  | 58        |
| 6.2 RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO .....  | 59        |
| 6.2.1 A Estrutura da Formação Continuada em História.....  | 60        |
| 6.2.2 Agenda e Conteúdo dos Encontros .....  | 61        |
| 6.2.3Dados Obtidos na Formação Continuada em História.....   | 62        |
| <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>69</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>71</b> |
| <b>ANEXO: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM HISTÓRIA</b>  | <b>75</b> |
| <b>APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS, ES</b> .....  | <b>78</b> |
| <b>APÊNDICE B: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA</b> .....  | <b>80</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Nessa pesquisa considera-se a História como ciência e como disciplina escolar. O Patrimônio, e o Patrimônio Cultural Imaterial, como elementos fonte da diversidade cultural. Estes garantem, por meio da formação do sujeito, a apropriação da herança cultural e a identidade de um povo, o fortalecimento da identidade coletiva, sua memória e a compreensão de seu espaço de vivência no ensino de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, etapa tão relevante da Educação Básica.

Esse período da educação precisa ser consolidado com objetivos e práticas que preconizem, junto aos discentes, a formação de um sujeito capaz de reflexões e intervenções significativas em sua realidade, uma vez que, conforme delimitado no Plano de Ensino da rede municipal de Educação de São Mateus – ES, os conteúdos de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em suas perspectivas teóricas e metodológicas já contemplam uma gama de conteúdos direcionados a história local, o que garante, de modo geral, uma valorização do seu patrimônio cultural imaterial e delega aos Anos Finais do Ensino Fundamental, uma necessidade de dar sequência a esse processo didático-metodológico.

Desse modo, entende-se que a História é um conhecimento que não se aprende, apreende-se (Febvre, 1956), pois é uma ciência que estuda o homem ao longo do tempo e no espaço, ou seja, a partir das vivências sociais e suas representações. Ela investiga suas ações e construções materiais e imateriais que caracterizam sua cultura e que são perpassadas por gerações. Como disciplina escolar independente, a História surgiu no fim do século XIX, advinda dos anseios da laicização da sociedade e da formatação das sociedades modernas.

Apesar da conquista da configuração da História como disciplina escolar, ela se apresentava focada no processo de formação da identidade do cidadão nacional, ou seja, uma História voltada para a memorização mecânica e descontextualizada, uma legitimadora dos feitos dos projetos políticos que significava saber de cor, os nomes, as datas e os fatos de forma distante da realidade discente.

A partir da segunda metade do século XX ao fim do mesmo século, a História como disciplina escolar ganha outra vertente; elementos das culturas e das identidades ganhavam espaço nos debates sobre a História ensinada. Na

perspectiva da pesquisa, a cultura é considerada o conjunto de informações e elementos materiais e imateriais, que se constroem a partir das organizações e das criações dos grupos ao longo do tempo e do espaço e formatam a História de um povo.

Mediante as renovações das propostas curriculares da década de 90 do século XX e das vertentes da Nova História Cultural, que temas pedagógicos como discentes considerados como sujeitos históricos, valorização da realidade local, preservação da memória e do patrimônio histórico cultural material e imaterial, estiveram presentes no campo da História como disciplina escolar. A partir desse debate surgiu a necessidade de pensar e efetivar práticas pedagógicas nas aulas de História, que contemplassem esses saberes.

O termo Patrimônio Cultural é instigante, é um tema do contexto escolar preconizado na Constituição Federal de 1988, no Artigo 216, que se configura como os bens de natureza material e imaterial - construídos individualmente ou em conjunto e que referenciam à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira e todo o seu forte cultural em variados tempos e espaços.

Já o Patrimônio Cultural Imaterial, elemento foco dessa pesquisa, está em conformidade com a Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006, do Decreto 3.551/2000 que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que define por bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, elaboradas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social, como as práticas culturais.

Essa resolução carrega consigo a vertente de que, as características de um patrimônio cultural imaterial, são perpassadas por meio dos homens ao longo do tempo e mantêm viva a história de um povo, e define que, a instituição do registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, seu reconhecimento e preservação, além de contribuir para a continuidade dessas manifestações, mediam novas possibilidades de reconhecimento da contribuição dos diversos grupos que compõem sociedade brasileira.

O reconhecimento no contexto escolar de seu patrimônio cultural imaterial pode oportunizar aos discentes uma tomada de consciência de seu passado, e conseqüentemente a preservação de sua história.

Mediante esses elementos conceituais, esta pesquisa objetiva analisar como o ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental pode contribuir para o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial, partindo de uma pesquisa-ação que será desenvolvida, tendo como experiência, as práticas e anseios pedagógicos dos docentes de História dos anos finais do município de São Mateus – ES.

O município, campo da pesquisa, está localizado no norte do Estado do Espírito Santo e carrega em sua história um rico patrimônio cultural imaterial, além de elementos considerados berço da cultura capixaba, sendo uma das cidades mais antigas do estado que se originou as margens do rio Cricaré e representa uma forte cultura, advinda dos índios Aymorés, dos europeus e dos africanos, abarca também a responsabilidade de ser o local de vivência dos remanescentes, discentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que carregam consigo a memória e a história de seus antepassados, bem como incumbência de não permitir que saberes culturais tão ricos se percam no tempo.

O interesse inicial para realização da pesquisa partiu de inquietações sobre a reflexão de possibilidades da relação pedagógica que, pode ser desenvolvida pelos professores de História que atuam na segunda etapa do Ensino Fundamental da rede pública municipal, provocadas pela seguinte questão: Como o processo ensino-aprendizagem de História pode contribuir para o reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial local?

A partir de critérios de objetivos específicos da pesquisa, pretende-se verificar a relação pedagógica existente entre o ensino de História, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial do município, por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada nos conceitos de História como ciência e história como disciplina escolar, delimitar os objetivos do ensino de História sob a ótica das Diretrizes Curriculares Nacionais de História e da Base Nacional Comum Curricular. Além de definir quais são as responsabilidades fundadas na Legislação do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil nas esferas municipal, estadual e federal.

O presente estudo pretende ainda, caracterizar quais as práticas culturais ligadas ao patrimônio cultural imaterial presentes nas escolas municipais de Ensino

Fundamental do referido município, por meio de uma pesquisa-ação que se consolidará a partir de uma formação continuada com carga horária de 100 horas, ofertada para os professores de História do 6º ano 9º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de educação, com o intento de sondar a realidade pedagógica frente ao tema e de propiciar aos docentes informações conceituais, legais e sugestões de práticas pedagógicas que contemplem o tema no cotidiano escolar.

Além de investigar quais práticas pedagógicas escolares e extraescolares no ensino de História podem contribuir para o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de um município, norteados por um levantamento bibliográfico sustentado nas vertentes teóricas e pesquisas atuais acerca do referido tema.

Portanto, trata-se de uma pesquisa que tem como base a vertente qualitativa, com elementos quantitativos definida por uma Pesquisa-ação, que se apresenta como um método de pesquisa que possibilita o diagnóstico da situação, num contexto onde os atores da pesquisa tenham vez e voz, acerca de suas inquietações, além de possibilitar a interação e a compreensão da realidade, gerando novas aprendizagens no campo educacional. Desse modo, a coleta de dados conta com as técnicas de análise documental e entrevistas semiestruturadas que possibilitarão a reunião sistemática de dados colhidos com os sujeitos da pesquisa, para alcançar o maior número de docentes, bem como conhecer variadas realidades educacionais.

No primeiro capítulo é apresentada a introdução da pesquisa, seus objetivos, justificativa, delimitação do tema e a problemática levantada. No segundo capítulo apresenta-se a caracterização da História como ciência e como disciplina escolar, elencando possibilidades pedagógicas para o tema pesquisado. No terceiro capítulo, configuram-se os conceitos e a esfera legal mediante o tema patrimônio cultural imaterial. Já o quarto capítulo remonta-se à rica história do município de São Mateus, ES, evidenciando seu patrimônio cultural imaterial. Todo o percurso metodológico da pesquisa é apresentado no quinto capítulo. Já os dados colhidos são analisados no sexto capítulo.

Por fim, no capítulo 7 são tecidas as considerações finais sobre o ensino de História e sua contribuição no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural Imaterial de uma localidade, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, bem como, seus desafios e possibilidades, mas, sobretudo traz a

necessidade de reflexão de que a História pode possibilitar a formação de um sujeito atuante em seu espaço de vivência, que pratique a salvaguarda de sua História e da memória do seu povo e que esta atuação poderá, nos vários campos de uma localidade, gerar desenvolvimento e sobretudo melhorar a qualidade da educação e, conseqüentemente, a qualidade de vida, desde que os agentes diretos e indiretos envolvidos neste processo educativo atuem com responsabilidade, eficiência, eficácia e autonomia.

## **2 VISÃO CRONOLÓGICA DA HISTÓRIA COMO CIÊNCIA E NO CONTEXTO EDUCACIONAL**

Para melhor situar a história nos seus diferentes aspectos: ciência e disciplina escolar, abordaremos, de forma cronológica, os avanços e complexidades no desenvolvimento e aplicação dessa área de ensino, embora a história deve se ater a sua finalidade principal que é a de levar professores e alunos a refletirem sobre a organização social em todos os tempos e espaços. A princípio, indagaremos sobre uma relevante questão: O que é História? Para tal resposta é preciso refletir acerca de alguns aspectos da História como ciência e posteriormente como disciplina escolar.

Carr (1982) traz uma importante reflexão ao evidenciar em seus escritos a indagação sobre o que é história, suas anotações chamam a atenção para a relatividade e para a responsabilidade da escrita do conhecimento histórico, iniciando sua pesquisa nos tempos de Heródoto e na reflexão de que as influências dos fatos e do ambiente estão ligadas a interpretação do historiador.

Durante muito tempo, a História foi vista como a ciência ou área do conhecimento ligada apenas ao passado, ou seja, uma reprodução descontextualizada de fatos do passado, reproduzidos sob apenas uma ótica, relatando apenas, um ponto de vista. Entretanto, ao longo dos anos e graças aos estudos acerca das ciências humanas e seus métodos, ocorreram algumas mudanças nos modos de entender e de escrever a História. E para a construção dessa compreensão, é necessário caracterizar a História e sua história, ou seja, entender a História como ciência.

### **2.1 HISTÓRIA COMO CIÊNCIA**

Numa perspectiva ocidental, é possível mencionar que na antiguidade, período que vai do aparecimento do homem até o Século V, a História era entendida como narrativa ou como relatos pragmáticos que se estenderam por toda a antiguidade, ou seja, um registro de fatos cotidianos que valorizavam os governantes e seus feitos, daí a ideia de que a História significa testemunho, informações daquele que vê. Nesse contexto é possível destacar dois historiadores da época Tucídides e Heródoto (BITTENCOURT, 2009).

Dessa visão, advém a possível premissa, ainda presente no contexto da educação tradicional, de que a História só serve para contar o que aconteceu no passado e que nada tem a ver com a realidade cotidiana.

Para Ferreira (2009), Heródoto, conhecido como o pai da História, abandonou parcialmente a ideia de História como contos épicos e inseriu a necessidade de basear-se em fatos para escrevê-la, trazendo assim, como os escritos de Tucídides, a visão de que a História era a mestra da vida e seus fatos deveriam ser relatados tais como ocorreram, para servir de exemplo para o futuro e não permitir que os grandes feitos se perdessem no tempo.

Já na Idade Média, período da História que vai do Século V ao Século XV, ou também denominada Idade das Trevas, como define Aranha (2006), devido a ausência científicista, em decorrência do teocentrismo e a defesa da religiosidade que abandonou os valores greco-romanos e a valorização do homem e seus feitos. Só foi possível retomar as questões da História e sua relevância como ciência e posteriormente como disciplina escolar no Século XIX.

Conforme se comprova na citação a seguir, a História no período de transição da Antiguidade para a Idade Média conservou elementos de instrução da sociedade:

Da Idade Média, passando pelo Renascimento até o Iluminismo, a História manteve seu paradigma de exemplaridade e, embora pudesse mudar a ênfase a ser seguida, o denominador comum que unia essas concepções era a ideia de que o passado deveria trazer exemplos de ação ao presente, como forma de evitar erros e ensinar (FERREIRA, 2009, p. 17).

Tanto os valores renascentistas que se firmaram a partir do Século XIII, que retomaram os valores greco-romanos, como o renascimento comercial e urbano e o antropocentrismo, apesar de algumas contribuições às questões sociais e humanas, quanto o Século XVIII, devido o advento do Iluminismo, considerado o século da razão e da “luz”, apesar de todo o fomento aos conhecimentos humanos e sociais, infelizmente não romperam com a visão tradicional da História, que era considerada a inquestionável inconstância da natureza, a comprovação das doutrinas morais, teológicas e políticas, então esse papel descontextualizado da história, seguiu até o Século XIX, relatando os feitos das elites, ou seja, das minorias, deixando à margem da História os povos, sua identidade, seus anseios, enfim, excluía as massas, as maiorias.

As convulsões sociais do fim do Século XVIII, como a Revolução Francesa, ocorrida em 1789, trouxeram novos olhares para a sociedade e alterou a ordem da mesma, inseriu novos valores e deu destaque a novos personagens, trouxe à tona novos temas ligados à História, como igualdade, liberdade, justiça, novo, velho, surgia um novo cenário e a possibilidade da construção de uma ideia diferente de História (FERREIRA, 2009).

A sociedade se transformava, e não seria diferente com a História, foi o Século XIX, também definido como século da ciência, cujos métodos e perspectivas sustentavam-se, em sua maioria de modo oficial, apenas nos documentos oficiais, que serviu de base para reflexões acerca da escrita da História.

Para Ferreira (2009), foi a Revolução Francesa a grande mentora da alteração dos rumos da História, o caráter social do contexto e as novas percepções de mundo, trouxeram inquietações universais. Outro aspecto relevante foi a revolução industrial que modificou o ritmo de vida das pessoas. Esses fatos tão impactantes interferiam na forma como a História era vista.

Tais fatos advindos da revolução industrial e das modificações sociais, direcionaram mudanças efetivas na História do Século XIX, a sedimentação de instituições laicas e o surgimento do nacionalismo, advindos das novas inquietações sociais fizeram com que a História assumisse um papel diferente no campo das ciências como disciplina na área educacional.

Ainda sob a ótica de Ferreira (2009), foi no século XIX que a História sofreu alterações em seu modo de escrita e no campo da educação, ou seja, como disciplina escolar. Ao longo do Século XIX, o principal objetivo da História foi o de reconstruir os grandes feitos dos heróis e governantes e esteve atrelada de modo dominante pela literatura e pela filosofia e pelos interesses políticos.

O Século XIX é de fato o marco temporal para a institucionalização do ensino universitário da História e sua afirmação como disciplina escolar.

Na sua definição, a História tinha como objetivo descrever “por meio de documentos” a sociedades passadas e suas metamorfoses. O documento e sua crítica eram assim essenciais para distinguir a História científica da História Literária (praticada pela geração precedente), ou seja, os profissionais dos ensaístas (FERREIRA, 2009. p. 28)

Já o Século XX trouxe uma acepção diferenciada à do século anterior, conforme descrito na citação, pois a partir do século XX, para Bittencourt (2009), em paralelo às novas visões da nova história e das ideias marxistas, a partir dos anos das décadas de 1980, ocorreu um contato maior da História com a cultura, graças às investigações da Antropologia e as mudanças do novo século, entrava em cena a História Cultural.

É também no Século XX, o século de berço da chamada Escola dos *Annales*, um relevante movimento historiográfico que marcou e modificou os rumos da História. A revista dos *Annales* nasce e se consolida como porta voz da história, assumia uma liderança intelectual para a História e despertava a visão da nova abordagem e da interdisciplinaridade na História.

A primeira geração dos *Annales* teve um especialista no Século XVI, o co-fundador Lucien Febvre, um renomado historiador modernista francês que foi aceito na Escola Normal Superior de Paris e possuía um grande interesse pela História Social, pensava e agia didaticamente de maneira interdisciplinar, ou seja, com um pensamento da história, aberto à variadas temáticas do cotidiano e de outras ciências desde tempos remotos, o que demonstra a necessidade de uma História de cunho interdisciplinar, uma das obras de Marc Bloch, um historiador francês e um dos precursores da Escola dos *Annales*, por exemplo, expõe a considerada história das mentalidades que se atentava para a aproximação da História com um a Sociologia e a Antropologia por considerar e focar em estudos da crença e das representações coletivas (BURKE, 2010).

Logo ao final da Primeira Guerra Mundial Febvre idealizou uma revista de cunho da história econômica, mas o projeto foi abandonado. Desse modo, foi de Bloch o ponto de partida efetivado, a escrita de uma revista que ultrapassasse a vertente de mais uma revista de História, como Pirenne recusou a gestão da revista Febvre e Bloch tornaram-se os editores (BURKE,2010).

Para Burke (2010), os *Annales* iniciaram como uma revista herética, esse era o convite de Febvre, pois mediante as concepções da época era preciso romper paradigmas quanto à escrita, percepção e relevância da História, e aproximá-la da vivência cotidiana dos sujeitos em suas variadas realidades.

Posteriormente liderada por Fernand Braudel (2013), a revista dos *Annales* preocupava-se em “[...] situar indivíduos e eventos num contexto, em seu meio, mas ele os torna inteligíveis ao preço de revelar sua fundamental desimportância. A

história dos eventos, ele sugere, embora “[...]rica em interesse humano”, é também a mais superficial” (BURKE, 2010, p. 52).

Um segundo e relevante estudo de Braudel foi realizado a convite de Lucien Febvre a responsabilidade por saber e investigar acerca da história da vida material, elencando a história da vida diária, desse modo, era considerado o antropólogo – historiador, ou um historiador – antropólogo (BURKE, 2010).

Ainda para Burke (2010), a terceira geração da Escola dos *Annales* é marcada pela participação das mulheres como Christiane Klapisch, Arlette Farge, Mona Ozouf, Michèle Perrot, dentre outras, ou seja, uma geração aberta a novas ideias. Essa nova tendência foi marcada pela síntese às ideias americanas, como por exemplo, pelo destaque à cultura popular.

Ainda nessa ótica, é possível afirmar que nos anos 60 e 70 do século XX o foco intelectual de alguns historiadores passou a relacionar-se à estrutura cultural. Para Burke, “no interior do grupo dos *Annales*, alguns historiadores sempre estiveram envolvidos prioritariamente com os fenômenos culturais” (BURKE, 2010, p. 94).

Foi na perspectiva de poder se relacionar a temas macros como as questões culturais e sociais, que os debates acerca da História adentraram o campo da disciplina escolar.

## 2.2 HISTÓRIA COMO DISCIPLINA ESCOLAR

A História como disciplina escolar na contemporaneidade, preconiza que é preciso oferecer ao discente, conteúdos e práticas pedagógicas que o tornem um sujeito capaz de compreender seu espaço de vivência com autonomia. Desse modo, estudar História representa dizer que o conhecimento histórico nunca estará pronto, reflexões e intervenções, serão elementos constantes da construção desse saber.

No Brasil, é possível afirmar que o ensino de História “[...] sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual (BITTENCOURT, 2009, p.60).

Ao longo do Século XIX, a História como disciplina focava no senso moral por meio dos deveres com a pátria e seus governantes, objetivos preconizados também

na primeira metade do Século XX. Aprender História significava nesse contexto, saber de cor os nomes e as datas, repetindo exatamente o que contavam os livros didáticos, embora essa prática ainda perdure em algumas escolas brasileiras.

Com o ensino público e gratuito assegurado pela Constituição Federal (1988), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) determinam um núcleo nacional comum, complementada por uma parte diversificada, mas que contemple o componente curricular História.

Na vertente das DCN's, o ensino de História “[...] pode contribuir para a formação de cidadãos conscientes da importância da participação social, preocupados em resgatar e respeitar seu patrimônio histórico (BRODBECK, 2012, p. 10).

A conquista dos objetivos do ensino de História no campo da disciplina escolar esteve ligada às conquistas da Antropologia, que carrega consigo elementos, métodos e caminhos que resgatam e valorizam os povos e sua cultura, ou seja, por esta vertente tornava-se necessário a partir de 1980, que nos espaços de aprendizagens como a escola, a nova história cultural tivesse destaque.

Nesse campo, Bittencourt aponta que:

Como fruto dessa aproximação com a Antropologia, sedimentou-se uma história cultural que atualmente procura vincular a micro-história com a macro-história e tem sido conhecida como a nova história cultural, com propagação em escala mundial. Essa tendência renovou a história das mentalidades e, sobretudo, a “velha história das ideias”, inserindo-as em uma perspectiva sociocultural preocupada não apenas com o pensamento das elites, mas também com as ideias e confrontos de ideias de todos os grupos sociais (BITTENCOURT, 2009, p. 149).

A nova história cultural trouxe numa perspectiva da historiografia e também das práticas do ensino de História, uma renovação da história política, no campo do papel do Estado e suas representações, por exemplo, são levantados debates entre posições divergentes na política, bem como questionamentos acerca de suas composições, ou seja, temas até então não questionados no campo do processo de ensino, como política e funções do estado, tornaram-se elementos geradores de debates no campo da História.

O ser humano é sócio histórico e como tal sua atuação possui uma plena relação com as características sociais e educacionais do contexto no qual está

inserido. Partindo dessa acepção é possível entender no Brasil em destaque, nos anos da década de 1970, que os movimentos sociais realizaram grandes embates a favor das demandas sociais das maiorias, na busca da efetivação cidadã contra governos autoritários e por uma educação de qualidade para todos.

O movimento social refere-se à ação coletiva em busca de um objetivo comum que normalmente assume um cunho político, numa dada sociedade e contexto social. Os movimentos sociais relacionam-se à educação, pois assumem um caráter formativo representando a cultura, as demandas, e as representações materiais e imateriais de um povo, pois carrega consigo uma identidade e uma memória.

Mediante essa acepção, torna-se necessário refletir que para garantir que as abordagens da história cultural sejam de fato vivenciadas no cotidiano da escola, é preciso articular o micro e a macro história, nas propostas curriculares e conseqüentemente na práxis docente, e esta responsabilidade refere-se às instituições educacionais e também à sociedade.

A História, como disciplina do Ensino Fundamental do 6º ao 9º anos a partir da segunda metade do Século XX, precisava ser abordada de modo que os discentes fossem concebidos como sujeitos capazes de identificar relações sociais em seu próprio grupo de convívio e em outras localidades, valorizar o patrimônio sociocultural, pessoas e espaços de cultura (PCN, História 1998, p. 43).

Portanto, entende-se que a História como disciplina escolar poderá contribuir para o reconhecimento e a preservação das memórias coletivas, ou seja, para a história de uma localidade, seu patrimônio cultural material e imaterial.

No município de São Mateus, ES, campo da pesquisa, na rede municipal de educação, a carga horária de História para os alunos do Ensino Fundamental é de quatro aulas semanais de 50 minutos cada. Ao exercício da docência nesse componente curricular, é necessário que o docente tido como habilitado, possua graduação - Licenciatura em História, conforme preconiza a Secretaria Municipal de Administração.

### **3 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS, LEGAIS E PEDAGÓGICOS**

Neste capítulo, elementos conceituais e legais que se referem ao patrimônio cultural imaterial são discutidos de modo que os objetivos identificados na História como disciplina escolar possam ser relacionados às possibilidades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, tendo como possibilidades o ensino de História e suas práticas pedagógicas nos anos finais do Ensino Fundamental.

#### **3.1 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: CONCEITOS**

A formação de um indivíduo como um sujeito da história, dotado das características da comunidade no qual está inserido, pode acontecer a partir da apropriação das características culturais do espaço no qual faz parte e estas características, são componentes de um conjunto de informações, de um patrimônio histórico e cultural.

Essa acepção é relevante para a reflexão de que a cultura arraigada numa dada sociedade e todo o seu patrimônio cultural, são temas que ainda precisam ser evidenciados na sociedade contemporânea. Ainda é preciso resgatar efetivamente o tema patrimônio cultural imaterial nos variados setores da sociedade contemporânea. Desse modo, aspectos da cultura popular que fazem parte do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, poderão não ser mais excluídos, mas sim reconhecidos e valorizados por todos os sujeitos que compõem a sociedade.

Para tanto, elementos da memória, como as práticas culturais de tempos mais remotos, precisam ser difundidos na sociedade brasileira e a educação é uma possibilidade. Nesse campo, Bosi (1995), elenca que a memória, não representa um conhecimento distante, a memória é um saber próximo e que precisa ser valorizado, pois pode oportunizar reflexões positivas para a sociedade.

Os estudos de Febrve e Block a partir de 1920 destacavam a estrutura social da memória do sociólogo Halbwachs que foram impressionantes para Bloch (Burke, 2010). Eles trouxeram consigo a reflexão sobre a necessidade de a história atrelar-

se ao patrimônio cultural imaterial, ou seja, a história que considera as culturas e suas representações.

São muitas as pesquisas que abordam questões relativas ao Patrimônio Cultural Imaterial. No acesso ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontrados 45 registros entre dissertações e teses sobre o tema. Das pesquisas encontradas, foram selecionadas as que estão diretamente relacionadas ao tema e objeto: ensino de História, reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial. Assim, destacam-se quatro trabalhos relevantes no delineamento da pesquisa e na formulação do referencial teórico.

A pesquisa de Ledur (2012), que em sua dissertação de mestrado intitulada “A educação patrimonial formal como elemento reconhecedor do patrimônio cultural de São Mateus do Sul, PR”, abordou a relevância do patrimônio cultural como elemento formador de identidade. A pesquisa objetivou analisar como o processo de ensino educacional vem destacando a preservação da memória e do patrimônio cultural em São Mateus do Sul.

Abordar o patrimônio cultural como elemento formador de identidade é criar possibilidades para o surgimento de novos valores na sociedade contemporânea, é caracterizar, reconhecer aspectos religiosos, morais, artísticos, econômicos, dentre outros, que poderão trazer críticas significativas para os modos de vida num contexto atual.

Dentre as considerações da autora, destacam-se os apontamentos quanto à falta de formações específicas e continuadas para o professor na área de patrimônio cultural, e ausência de políticas públicas na área preservacionista da educação patrimonial, tanto material quanto imaterial, além da conclusão de que a própria escola não tem inserido nem praticado em seu Projeto Político Pedagógico a importância da educação patrimonial (LEDUR, 2012).

Essa vertente mais abrangente de patrimônio cultural abre caminhos para o compromisso do setor educacional em articular-se numa visão de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, para a apropriação das reminiscências e, conseqüentemente, a identidade dos distintos grupos que compõem a sociedade.

Para Ledur (2012), o ensino de História na educação formal fornece caminhos para a percepção do patrimônio cultural imaterial pelos discentes, tornando-se um subsídio inclusive para o desenvolvimento regional, dessa forma, essa ação se

constitui num caminho de valorização das culturas locais, reforçando a construção da identidade e o sentimento de pertença do discente a um determinado grupo histórico e social.

Aspectos da sociedade global podem confrontar e não fortalecer plenamente as identidades e as culturas locais, em contrapartida, a História no campo disciplinar, em especial no que se reportam às aulas de História, poderá se tornar um agente de continuidade, de reflexões e fortalecimento das culturas locais.

Da mesma forma, Oliveira (2011), em sua dissertação intitulada “Memória e Discurso: múltiplos sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil”, aponta que a construção de um sentido cultural perpassa pela valorização do patrimônio cultural imaterial, termo que vem se destacado desde as primeiras décadas do Século XX.

Desse modo, entende-se que o patrimônio cultural imaterial precisa ser concebido mais do que uma herança que pode influenciar nas ações do homem, este precisa ser concebido como um processo de aprendizagem dialógica e constante.

A pesquisa de Oliveira (2011) teve como objetivo entender as responsabilidades das instituições estatais frente a preservação do patrimônio cultural imaterial. A pesquisadora, perante sua pesquisa conceitual e a prática das instituições estatais, concluiu que existe uma necessidade emergente em investir no reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial.

Targino (2007), em dissertação intitulada “Uma experiência de educação patrimonial na cidade de João Pessoa: o processo das Cartilhas do patrimônio pelo IPHAEP”, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba, identificou respostas sobre o papel da preservação patrimonial a educação como elemento fornecedor de historicidade e identidade aos alunos da rede estadual de educação, concluindo que essa vertente da educação deve ser incluída e, sobretudo praticada no currículo escolar.

Logo, está evidente, que a produção de materiais pedagógicos, por exemplo, é um dos inúmeros incentivos que a educação pode oportunizar aos discentes para que a teoria de educação patrimonial cultural imaterial seja uma realidade nas escolas.

Partindo desse cenário, a categoria analítica da pesquisa é fundamentada a partir da ideia de que o resgate do patrimônio cultural imaterial local é um dos objetos da História, e, conforme Chartier (1994, p. 98)

Os objetos da História, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades.

Assim, o reconhecimento e valorização do Patrimônio Cultural Imaterial, podem fortalecer a relação de pessoas com suas heranças culturais, e melhorar o relacionamento desta frente a responsabilidade, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial, tendo importância fundamental para o desenvolvimento e enriquecimento do povo e sua cultura.

A cultura demonstra o enraizamento do sujeito à sua estrutura, que o forma e o modifica ao longo do tempo pelos mundos culturais e suas identidades. Ao abordar elementos da cultura popular brasileira, vale ressaltar um conceito de cultura, advindo do século XX e mencionado por Hall (2006), onde o mesmo enfatiza que a cultura é um somatório de valores, costumes tradições e métodos adquiridos em um determinado lugar. É um elemento forte de identificação pessoal e social, portanto precisa ser preservada e valorizada. A Legislação sobre o Patrimônio Cultural apresenta um relevante conceito para Patrimônio Cultural Imaterial:

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhe são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (BRASIL, 2010, p. 68).

O patrimônio cultural imaterial se transmite de geração a geração, ou seja, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos que compõem o município. Desta forma, é primordial que ações se efetivem no intuito de gerar uma percepção de identidade e continuidade, ou seja, a salvaguarda deste patrimônio. Nesse sentido, o conceito de patrimônio cultural imaterial, remonta o conceito de memória, outra categoria analítica adotado na pesquisa.

Bosi (1995) menciona a função social da memória, ou seja, a aprendizagem pela narrativa de homens que, para alguns, não teve papel ativo na sociedade, mas possui a brilhante função de revelar a memória da família, da comunidade e do município.

Em seu livro *História e Memória*, Jacques Le Goff (2003) preocupou-se em citar as principais transformações sofridas pela memória, a partir do estudo das sociedades essencialmente orais. Para ele, a memória teria um papel crucial nas sociedades, em função de sua propriedade de conservação de informações do passado, possibilitando, assim, abordar os problemas referentes ao tempo e à história (CANO, 2012, p. 78).

Logo, entende-se que a memória é um resultado de aprendizagens constantes de uma experiência histórica, ou seja, suas ações de modo geral estão intrinsecamente ligadas ao que foi apreendido ao longo de sua história, ao que foi construído em sua memória, por meio em especial, de experiências.

Conforme Hall (2006) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à pertença, à cultura étnica, religiosas, regionais e nacionais. Partindo dessa concepção, entende-se que a memória adquiriu um caráter perpetuador do patrimônio cultural imaterial a que se pretende instituir, tornando-se elemento primordial para a valorização do patrimônio cultural imaterial.

Portanto, entende-se que em qualquer localidade, devido o advento da globalização, o indivíduo não determina sozinho os aspectos de sua cultura, mas, é preciso que exista um mínimo de conhecimento e reconhecimento da sua cultura, para que esta esteja articulada às questões de seu espaço de vivência, para que este indivíduo seja, por exemplo, um sujeito conhecedor e reconhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

### 3.2 A CULTURA IMATERIAL LEGAL NO BRASIL

A contemporaneidade, período que vai da Revolução Francesa em 1789 até os dias atuais, trouxe consigo debates e responsabilidades distintas frente às questões da cultura imaterial e sua legalidade no Brasil. A definição dessas responsabilidades é relevante para que cada agente social tenha consciência de suas ações frente à comunidade no qual está inserido.

No Brasil, referenciar o patrimônio cultural é uma temática ligada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), este importante Instituto foi criado em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas. Da referida época aos dias atuais cabe ao Iphan a

salvaguarda dos bens culturais materiais e imateriais do Brasil para o conhecimento das futuras gerações.

Não apenas os conceitos de cultura e de cultura imaterial se modificaram ao longo do tempo, mas também ocorreu uma modificação nos modos de se reconhecer e preservar a cultura de um povo. A cultura imaterial passou a ser também responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios.

Hall (2006) define que há uma responsabilidade nacional em prol do reconhecimento e da valorização de todo o acervo que configura a expressão cultural de um povo e as ações para a defesa da cultura regional colaboram com essa visão, pois quando se reconhece e valoriza a cultura regional se preserva a cultura nacional. E considera ainda que a cultura é um estímulo à preservação e prática de valores e gera desenvolvimento. Mediante essa vertente é possível refletir que, a União precisa desenvolver e efetivar políticas que reconheçam e preserve seu patrimônio.

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, aprovada pela UNESCO no ano de 2003, em complementação à Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, remontando a ideia de primeiro reconhecer para depois preservar, que o patrimônio cultural foi reconhecido:

[...] práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Ele é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p.03)

A cultura e suas representações precisam ser inseridas num projeto político amplo de uma nação, a cultura por si só, pode representar a riqueza imaterial de uma nação, mas estes precisam de uma força motriz de reconhecimento e de representação que partam da esfera política como o registro em documentos oficiais e os projetos de preservação.

Nessa visão, entende-se que a práxis do docente de história, poderá contribuir para a relação do patrimônio cultural imaterial local, seu reconhecimento e preservação, construindo uma profunda dialogia entre a realidade discente e sua

cultura, tornando-o um sujeito da história. Assim como a educação pode contribuir para esse processo, existem responsabilidades sob a perspectiva federal na Constituição Brasileira de 1988, que estabelece no artigo 215,

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional (CB, 1988, Art. 215).

Ou seja, é necessário que o Estado-nação, elabore práticas que reconheçam e preservem o patrimônio cultural brasileiro. O Brasil é uma nação que possui uma imensa diversidade cultural, com um passado caracterizado por uma rica história, e dotado de diversas práticas culturais que configuram seu patrimônio cultural imaterial.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece no artigo 215, inciso 3º, as responsabilidades e práticas do Estado em favor da cultura:

I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura (CB, 1988, Art. 215).

E no artigo 216 (Seção II – da Cultura) uma ampliação na definição de patrimônio cultural brasileiro, abrindo espaço para as expressões da cultura popular e também para os bens imateriais que formam o patrimônio intangível, que compõem a sociedade brasileira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico ecológico e científico (CB, 1988, Art. 216, Seção II).

Desse modo, entende-se que existe na lei, um reconhecimento a nível federal acerca dos elementos que formam o Patrimônio Cultural Imaterial no Brasil, e que a

União reconhece que práticas culturais, hábitos e memórias de lugares onde se produziram cultura, são elementos desses bens tão necessários à composição da História e da memória de um município e de uma nação.

Torna-se também necessário mencionar ainda o artigo 216 (Seção II – Da Cultura):

§ 1.º O poder público, com colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. § 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5.º Ficam tombado todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (CB, Art. 216, Seção II).

Ou seja, as responsabilidades de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial no Brasil são partilhadas. E ao mesmo tempo possuem dimensões macros bem definidas para a União.

No Art. 18 ao Departamento do Patrimônio Imaterial compete:

I – propor diretrizes e critérios e, em conjunto com as superintendências estaduais, gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, de registro, acompanhamento e valorização do patrimônio de natureza imaterial; II – implantar, acompanhar, avaliar e difundir o Inventário Nacional de Referências Culturais, tendo em vista o reconhecimento de novos bens por meio do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial; III – acompanhar a instrução técnica e apreciar as propostas de registro de bens culturais de natureza imaterial; IV – desenvolver, fomentar e promover estudos e pesquisas, assim como metodologias de inventário, que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural de natureza imaterial; V – propor, gerir e fomentar ações de salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial e tornar disponíveis as informações produzidas sobre estes bens; VI – planejar, desenvolver, fomentar e apoiar, por intermédio do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, programas, projetos e ações de estudo, pesquisa, documentação e difusão das expressões das culturas populares, em nível nacional; VII – gerenciar e executar o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial; e VIII – supervisionar e orientar as atividades do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CB, 1988, Art. 18).

O Patrimônio Cultural Imaterial sob a responsabilidade do Estado, segundo o Decreto tem na Seção V, dos Órgãos Descentralizados, no art. 20 delimita responsabilidades específicas:

Às superintendências estaduais compete a coordenação, o planejamento, a operacionalização e a execução das ações do Iphan, em âmbito estadual, bem como a supervisão técnica e administrativa dos escritórios técnicos e de outros mecanismos de gestão localizados nas áreas de sua jurisdição e, ainda, no inciso IV – colaborar com os órgãos do Iphan na elaboração de critérios e padrões técnicos para conservação e intervenção no patrimônio cultural (CB, 1988, Art. 20).

Já no que tange ao Patrimônio Cultural Imaterial sob responsabilidade do município, o presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, decreta:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros: I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. § 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. § 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo deste artigo. Art. 2º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro: I – o ministro de Estado da Cultura; II – instituições vinculadas ao Ministério da Cultura; III – secretarias de estado, de município e do Distrito Federal; IV – sociedades ou associações civis (DECRETO nº 3.551 de 04 de agosto de 2000).

Portanto o município possui autonomia para reconhecer, preservar e incentivar ações em parceria com suas secretarias em prol da salvaguarda de sua história.

Assim a educação, por intermédio e incentivo da Secretaria Municipal de Educação, da Secretaria Municipal de Cultura e das escolas municipais, por meio do ensino de História, poderão ser caminhos para a efetivação dessas leis que preconizam em seus objetivos, ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial local.

Se efetivadas, essas ações motivarão a formação de sujeitos históricos conscientes de seu papel e atuação ao longo do tempo. Uma vez que nas vertentes legais do direito brasileiro, elementos como identidade, memória, práticas culturais, dentre outros, que fazem parte do patrimônio cultural imaterial local, vão ao encontro dos objetivos do Ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

### 3.3 O ENSINO DE HISTÓRIA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: RELAÇÃO COM O RECONHECIMENTO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LOCAL

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ressaltam a garantia do padrão de qualidade. O ensino ofertado em qualquer lugar do país, segundo a Carta Magna, deve proporcionar a todo estudante o mesmo nível de formação, no Art. 210 – Estabelece que “[...]serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental”.

A Lei 9394 DE 1996 – LDB – Lei Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, no Art. 26 – Dispõe que “[...] os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino”. Esse direcionamento legal perpassa pelo intento de que conhecimentos básicos fossem garantidos como direito a todos os discentes do Brasil e que estes caso mudasses de escola ao longo do ano letivo, pudessem acompanhar os mesmos conteúdos do ensino.

A partir dessa perspectiva, é que por meio da articulação de vários setores da sociedade, foi elaborada a Base Nacional Comum Curricular, um conjunto de orientações onde se define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 14, onde se comprova que:

[...]conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente, expressos nas políticas públicas e que são gerados nas instituições

produtoras do conhecimento científico e tecnológico; no mundo do trabalho; no desenvolvimento das linguagens; nas atividades desportivas e corporais; na produção artística; nas formas diversas e exercício da cidadania; nos movimentos sociais (RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2010).

Ou seja, é preciso que ao discente seja garantido no processo ensino-aprendizagem conhecimentos de uma base comum, mas também, conhecimentos que contemplem aspectos da cultura e do entorno sócio histórico do discente, direitos de aprendizagem, extremamente relevantes para a formação do sujeito, onde se pode observar novamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Art. 15).

Em sua Parte Diversificada: cada sistema de ensino e estabelecimento escolar complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola. (RESOLUÇÃO nº 4, de 13 de julho de 2010).

Então, fica evidente na caracterização do ensino de História que, elementos da cultura local, precisam ser abordados no cotidiano escolar para que o discente seja conhecedor de sua história.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais enfatizam as concepções gerais do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental e mencionam a valorização do patrimônio sociocultural como elemento primordial do processo ensino-aprendizagem (BRODBECK, 2012). Ou seja, relaciona os saberes da história enquanto disciplina escolar ao patrimônio cultural imaterial da comunidade local.

Ainda segundo Brodbeck (2012), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental propõem o trabalho com temas transversais, a exemplo do tema “pluralidade cultural”, incluindo assim, o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial dentre as práticas abordadas no cotidiano escolar.

Entende-se desse modo que, a educação brasileira em sua perspectiva curricular, didático pedagógica, quanto nos aspectos legais que caracterizam a Educação Básica, concebem a relevância da prática de um processo ensino-aprendizagem direcionado dentre outras vertentes, para oportunizar práticas pedagógicas que tornem o discente conhecedor de seu patrimônio cultural imaterial.

Ações da educação formal, representadas pelo ensino de História, poderão salvaguardar o patrimônio cultural imaterial, construindo saberes e práticas que identificam, investigam, preservam, protegem, promovem e transmitem a o patrimônio cultural imaterial (BRASIL, 2010).

Em termos de documentos oficiais (que compõem o currículo escolar), o município campo dessa pesquisa, adotou até 2016, somente no ensino fundamental I (anos iniciais), as diretrizes do Instituto Ayrton Senna que, conforme o site do instituto, <http://www.institutoayrtonsenna.org.br>, se define como uma organização sem fins lucrativos com atuação no campo da educação, investindo em ações para ampliar em conjunto com a rede pública formação profissional, instrumentos e práticas pedagógicas, que objetivam avançar a educação da brasileira, desse modo possui instrumentos pedagógicos próprios para o acompanhamento de conteúdos e habilidades nos anos iniciais do Ensino Fundamental que contemplam temas como a história local, sua cultura e patrimônio. Já no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, está intrinsecamente relacionado à visão de cidadania e da leitura de mundo, preconizados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, desse modo, precisa pautar-se na relação teoria e prática e no cotidiano da realidade discente.

Assim, as práticas pedagógicas no ensino de História, podem se beneficiar das abordagens da Nova História Cultural, que incentivam a valorização de todos os elementos históricos do cotidiano, ao abordar temas como: memória, história local e patrimônio cultural que consolidam no saber discente a percepção do sujeito histórico, o estimula a conhecer e valorizar o patrimônio cultural imaterial de seu município. Isto é:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado, e por quem é preservado (BITTENCOURT, 2009, p. 277).

A educação contemporânea trouxe consigo desafios, mas também, conquistas relevantes, como a oportunidade da autonomia escolar frente às questões pedagógicas, assim a escola pode criar espaços de aprendizagens, como debates, entrevistas, exposições, dentre outros e contemplar a educação patrimonial

para que o discente se sinta motivado a participar das ações e projetos da escola em prol do reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural imaterial local.

Para Neves (2012), a preservação do patrimônio cultural imaterial, enfatiza a transmissão natural, "pelo fazer e ver fazer", sendo responsabilidade dos órgãos oficiais e também dos cidadãos conscientes, registrar e preservar esses registros. Esses bens culturais imateriais podem ser:

Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se produzem práticas culturais coletivas. (NEVES, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, poderá potencializar aprendizagens por meio de práticas pedagógicas que se referem à necessidade de refletir sobre o resgate destas memórias e, conseqüentemente, a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Para Miranda (2009), a preservação do patrimônio cultural imaterial relaciona-se ao desenvolvimento da sociedade, tornando-se um resultado coletivo que inclui hábitos e costumes e preserva a história do lugar.

As práticas pedagógicas construídas a partir das relações entre professores e alunos nas aulas de História, podem ser espaços educativos, culturais e científicos, que articulam o ensino e a prática cotidiana numa relação transformadora e mediadora entre a sociedade, gerando espaços de dialogia, interdisciplinaridade e indissociabilidade na relação teoria e prática no ensino de História no Ensino Fundamental. Ou seja, é um campo fértil para a construção de novos saberes que poderão intervir de modo efetivo na sociedade.

Debates, painéis, visitas de estudo, entrevistas, seminários, são práticas pedagógicas que planejadas de modo participativo, de modo a inserir docente, discente, equipe escolar e toda a comunidade, por exemplo, são ações que podem ser desenvolvidas nas aulas de História e que muito contribuirão para estreitar a relação do discente com o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de seu município.

Para tanto, na intenção de partir de argumentos teóricos para a análise empírica, seleciona-se, a partir de critérios objetivos, o campo de pesquisa, que incide sobre o município de São Mateus, localizado no estado do Espírito Santo.

#### **4 SÃO MATEUS, ES: HISTÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL**

A educação, por intermédio do ensino de História torna-se um caminho primordial para o desenvolvimento do município de São Mateus, cidade localizada ao norte do estado do Espírito Santo, que preserva em sua história um vasto patrimônio cultural imaterial, elementos considerados como o berço da cultura capixaba, sendo uma das cidades mais antigas do estado.

Para Nardoto (2016), o município de São Mateus possui um percurso relevante de construção de sua história, esta, funda-se inicialmente na formação do reino português, devido ao contexto europeu do fortalecimento das monarquias nacionais, e, por ser Portugal o responsável pela colonização do Brasil, além de influenciar na caracterização da cultura e dos modos de vida dos indígenas, aqui presentes.

Uma cidade com um passado tão rico, não pode ter sua história e patrimônio cultural imaterial perdidos no tempo, é preciso que em todos os seus aspectos e sob todas as vertentes, sua história seja ensinada. A partir dessa ideia, o ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental pode ser um caminho viável para que o cidadão dessa localidade sinta-se parte de um processo tão relevante, quanto à história de uma localidade.

Ainda sob visão de Nardoto (2016), no norte da Capitania do Espírito Santo, pertencente ao donatário Vasco Fernandes Coutinho, estão as raízes de um povo construídas a partir do impacto da conquista advinda da colonização, do contato cultural e dos confrontos entre indígenas e europeus e posteriormente dos africanos, suas desafiadoras realidades e das famílias de italianos no contexto do trabalho nas lavouras.

Entre esses povos e nessa região, se constrói uma riquíssima história e um vasto patrimônio cultural imaterial, que precisa e pode ser reconhecido e preservado por meio das contribuições do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, pelos descendentes- discentes moradores desse cenário.

Quanto ao município de São Mateus, ES, não existe uma data exata da chegada dos primeiros colonos, estudos apontam que colonos vindos da Capitania de Porto Seguro, aqui chegaram, ou segundo registros, o Padre José de Anchieta, ao passar pelo rio Cricaré, celebrou uma missa para alguns náufragos em 1596.

Outro registro é o da Batalha do Cricaré em 1558, que dizimou nesse município muitos índios, por meio da atuação colonizadora no norte do Espírito Santo e seus interesses econômicos sob a administração do donatário Vasco Fernandes Coutinho (NARDOTO; OLIVEIRA, 2001).

O modo de vida e conseqüentemente toda a prática cultural dos botocudos era diferente em relação à cultura dos portugueses que aqui chegaram. E, os interesses econômicos se sobressaíram em relação ao encantamento dos saberes adquiridos a partir do reconhecimento da diversidade cultural.

É nesse sentido que Reis (2003), afirma que os botocudos, nome dado aos habitantes encontrados pelos portugueses quando chegaram em São Mateus, surgiu devido uma espécie de botoque que usavam nos lábios, mas que anteriormente eram chamados de tapuios e aymorés. A história desse povo é marcada por sua quase dizimação até o século XX.

Desse modo o município tem sua história de colonização e desenvolvimento iniciados ainda no século XVI, e adquiriu nesse contexto uma herança de índios aymorés, também chamados de Botocudos, aqui já existentes, portugueses, africanos e italianos. Essa diversidade cultural abarca em seu legado uma rica história (NARDOTO; OLIVEIRA, 2001).

A história e sua memória fazem parte de seu cotidiano e elenca o trabalho escravo, e de grande relação com as lavouras. É marcado também pela cultura imaterial de povos que muitos contribuíram para a formação da identidade do povo mateense.

A comunidade mateense é arraigada pela história de descendentes de personagens que lutaram pela liberdade e pela igualdade de direitos. Cada bairro guarda consigo personagens que foram relevantes para inúmeras gerações, e que relembram não somente um contexto, mas conhecimento e valores, o reconhecimento e preservação de cenários que produziram memórias, cultura e momentos históricos, precisam fazer parte do cotidiano das aulas, oportunizando ao discente um sentimento de pertença por sua comunidade.

Em conformidade com essa ideia, Dall'orto (2008) enfatiza que de fato para a formação da cidade de São Mateus, desde sua fundação em 1544, laços culturais das famílias de São Mateus e de cidades próximas marcaram a história desse município, nessa época o difícil acesso e a falta de estradas, tornaram seus povos, tanto das classes mais privilegiadas, quanto os considerados, à margem,excluídos

dos benefícios econômicos, desbravadores e batalhadores em prol do crescimento e desenvolvimento de sua localidade.

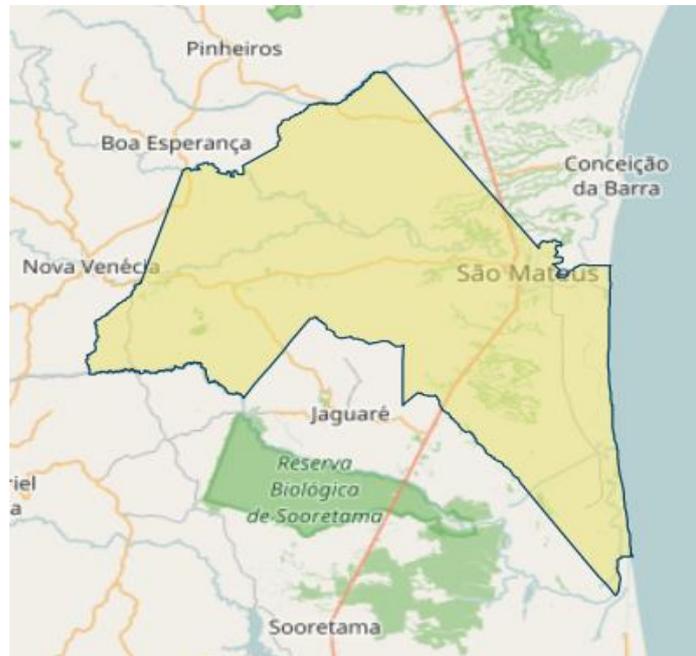
O pesquisador Maciel de Aguiar delimita em seus estudos que São Mateus possui uma história que não é contada nos livros didáticos e que os alunos precisam conhecer, uma história do cotidiano, das memórias, dos personagens que não foram tidos como heróis oficiais, mas que foram heróis de sua própria história e se tornaram, por isso, marcos da história de São Mateus, ES.

São Mateus foi cenário de inúmeras revoltas de escravos contra a dominação europeia e, sobretudo contra a falta de valorização dos africanos que tanto contribuíram para a construção patrimonial dessa cidade.

No ano de 2007, Maciel de Aguiar escreveu uma série de livros que contam segundo ele a história dos vencidos, uma coletânea de relatos que encantam com a vivência de personagens históricos da cidade, todos descendentes de africanos que sofreram com a escravidão no Sítio Histórico Porto de São Mateus, ES. Em outros bairros do município e região Maciel de Aguiar afirma que esses personagens venceram, a história dos chamados heróis nacionais por contribuírem para a construção da identidade do povo mateense, superando os desafios com suas narrativas e lutas pela sobrevivência e pela liberdade.

A contemporaneidade trouxe consigo o legado de uma rica história e que marcou São Mateus em seus vários aspectos. Geograficamente limita-se ao norte com os municípios de Boa Esperança, Pinheiros e Conceição da Barra, ao sul com São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré e Linhares, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com Nova Venécia. Além de situar-se a 219 km da Capital do Estado, Vitória. Conforme descrito na Figura 1:

Figura 1 – Mapa do município de São Mateus, ES.



Disponível em [http:// http://cidades.ibge.gov.br](http://http://cidades.ibge.gov.br) acesso em 10/04/2107.

Cunha (1994) caracteriza aspectos geográficos de São Mateus, o clima desse município pode ser considerado como seco subúmido, com uma temperatura anual de em média 24° C. Seu relevo é composto por terrenos planos, com baixas alagadiças e dunas em seu litoral. Sua bacia hidrográfica funda-se nos três rios que cortam Itaúnas, São Mateus e Barra Seca, apresentando ainda micro bacias, com períodos intensos de seca e salubridade da água.

Da economia de subsistência do século XV, ao fomento da agricultura no século XVI, marcados pelo cultivo da mandioca, café, pimenta do reino, mamão, dentre outras culturas, ao comércio no Sítio Histórico Porto, outras práticas econômicas marcam São Mateus, como a chegada das indústrias de ramo petrolífero e a economia advinda de seus pontos turísticos.

Os dados a seguir são os mais recentes, do município de São Mateus, ES, e traçam as características sociais, econômicas e educacionais.

Tabela 1– dados do IBGE, do município de São Mateus, ES.

|  |           |
|--|-----------|
| <b>População estimada 2016 <sup>(1)</sup></b>            | 126.437   |
| <b>População 2010</b>                                    | 109.028   |
| <b>Área da unidade territorial 2015 (km<sup>2</sup>)</b> | 2.338,728 |
| <b>Densidade demográfica 2010 (hab/km<sup>2</sup>)</b>   | 46,62     |
| <b>Código do Município</b>                               | 3204906   |
| <b>Gentílico</b>   | Mateense  |

Fonte: disponível no site <http://cidades.ibge.gov.br> em 20/04/2017

Tabela 2 - Dados mais recentes do município de São Mateus, ES.

| <b>São Mateus</b>   | <b>Código:<br/>3204906</b> |                  |
|---|----------------------------|------------------|
| Área da unidade territorial – 2015  | 2.338,73                   | km <sup>2</sup>  |
| Estabelecimentos de Saúde SUS   | 40                         | Estabelecimentos |
| Matrícula - Ensino fundamental – 2015   | 18.188                     | Matrículas       |
| Matrícula - Ensino médio – 2015   | 4.305                      | Matrículas       |
| Número de unidades locais   | 2.421                      | Unidades         |
| Pessoal ocupado total   | 23.110                     | Pessoas          |
| PIB per capita a preços correntes – 2014  | 16.243,05                  | Reais            |
| População residente   | 109.028                    | Pessoas          |
| População residente – Homens  | 53.930                     | Pessoas          |
| População residente – Mulheres  | 55.098                     | Pessoas          |
| População residente alfabetizada  | 90.321                     | Pessoas          |
| População residente que frequentava creche ou escola  | 35.933                     | Pessoas          |
| População residente, religião católica apostólica romana  | 59.867                     | Pessoas          |
| População residente, religião espírita  | 637                        | Pessoas          |
| População residente, religião evangélicas   | 36.227                     | Pessoas          |
| Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios   | 1.251,72                   | Reais            |
| Particulares permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Rural                 |                            |                  |
| Valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares                                  | 2.634,18                   | Reais            |
| Permanentes com rendimento domiciliar, por situação do domicílio – Urbana                             |                            |                  |
| Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes – Rural | 277,5                      | Reais            |
|   |                            |                  |
| Valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes –       | 510                        | Reais            |

|   |       |  |
|---|-------|--|
| Urbana  |       |  |
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010) | 0,735 |  |
| Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |       |  |

Fonte extraída do site <http://cidades.ibge.gov.br> em 20/04/2017

Quanto aos aspectos educacionais:

### Docentes por nível

Tabela 3: Aspectos educacionais

| Docentes por nível |            |                |           |
|--------------------|------------|----------------|-----------|
| Variável           | São Mateus | Espírito Santo | Brasil    |
| Pré-escolar        | 334        | 76,26          | 3.079,06  |
| Fundamental        | 1.064      | 303,03         | 15.495,21 |
| Médio              | 302        | 101,98         | 5.697,34  |

### Números de escolas por nível

| Números de escolas por nível |            |                |          |
|------------------------------|------------|----------------|----------|
| Variável                     | São Mateus | Espírito Santo | Brasil   |
| Pré-escolar                  | 84         | 14,81          | 1.050,40 |
| Fundamental                  | 92         | 22,66          | 1.340,77 |
| Médio                        | 12         | 4,46           | 279,93   |

### Matrículas por nível

| Matrículas por nível |            |                |            |
|----------------------|------------|----------------|------------|
| Variável             | São Mateus | Espírito Santo | Brasil     |
| Pré-escolar          | 3.421      | 987,88         | 49.165,25  |
| Fundamental          | 18.188     | 5.090,74       | 278.253,38 |
| Médio                | 4.305      | 1.317,15       | 80.748,8   |

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP -

Censo Educacional 2015. NOTA: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável.

### Número de matrículas, por série escolar 2008 - 2015

| Número de matrículas, por série escolar 2008 – 2015 |       |       |       |       |       |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
|   | 2008  | 2009  | 2010  | 2011  | 2012  | 2013  | 2014  | 2015  |
| <b>Creche</b>                                       | 1777  | 1895  | 1819  | 1957  | 1937  | 2080  | 1962  | 1923  |
| <b>Pré-escola</b>                                   | 3798  | 3735  | 3565  | 3537  | 3415  | 3450  | 3498  | 3421  |
| <b>Ensino fundamental</b>                           | 19029 | 18745 | 19019 | 18863 | 18609 | 18457 | 18377 | 18188 |

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2008 - 2015.

Tabela 4 – Escolas Municipais do Ensino Fundamental em São Mateus, ES

| <b>Escolas Municipais de Ensino Fundamental - localizadas no município de São Mateus – ES (Meio urbano e meio rural)</b> |
|--|
| EMEF ANEDINA ALMEIDA SANTOS  |
| EMEF AVIAÇÃO   |
| EMEF BOM SUCESSO   |
| EMEF DORA A SILVARES   |
| EMEF GOLFINHO  |
| EMEF GURIRI  |
| EMEF KM 35   |
| EMEF MARIA APARECIDA S S FILADELFO   |
| EMEF MARIA DA CUNHA FUNDÃO   |
| EMEF OURO NEGRO  |
| EMEF PAULO ANTONIO DE SOUZA  |
| EMEF PROF JOÃO PINTO BANDEIRA  |
| EMEF PROF. HERINEA LIMA  |
| EMEF ROSELI PIRES  |
| EMEF VALERIO COSER   |
| EMEF VILA VERDE  |
| EMEIF SÃO PIO X  |
| EMEIF ZUMBI DOS PALMARES   |
| EPM CORREGO DO CHIADO  |

|                  |
|------------------|
| EPM DILO BATBOSA |
| EPM NOVA VISTA   |
| EPM GIRASSOL     |

Fonte: disponível no site <http://www.saomateus.es.gov.br>, extraída e, 01/05/2017.

#### 4.1 PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, ES

Conhecer o patrimônio cultural imaterial de uma localidade precisa ser um conhecimento adquirido de modo efetivo no cotidiano escolar, pois identificar os povos, culturas e hábitos dos antepassados são saberes ricos que fazem com que a aprendizagem no cotidiano escolar se torne prazerosa e próxima do discente.

O município de São Mateus, localizado no estado do Espírito Santo, é berço de ricos aspectos culturais imateriais, práticas e costumes de um povo que possui em sua história elementos ligados ao trabalho e ao mais belo patrimônio cultural (MARTINS, 2000). E, partindo dessa premissa, acredita-se que reconhecer e preservar o patrimônio cultural imaterial pode ser uma estratégia significativa para o crescimento de uma sociedade em vários aspectos, como econômico, político e social, pois o sujeito-discente se sentirá motivado a desenvolver ações que impulsionem o desenvolvimento da comunidade no qual faz parte.

Partindo da Portaria Nº 200, de 18 de maio de 2016 que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, no Art. 2º, estabelece:

III - Patrimônio Imaterial – “[...] são os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes- que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é recriado constantemente pelas comunidades e grupos em função de seu entorno, sua interação com a natureza e sua história, infundindo-lhes um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

Logo, entende-se que, não é possível que um processo educativo se desenvolva numa determinada comunidade sem que suas raízes culturais, suas heranças, prática, expressões e representações sejam preservadas. O processo

ensino-aprendizagem de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, precisa contemplar essa perspectiva de modo intercalado aos demais conteúdos do ensino, pois, de fato, contribuirão para a salvaguarda do patrimônio cultural local.

O município de São Mateus possui em seu legado uma rica história com características de um patrimônio cultural imaterial, herdado por várias gerações. Os índios, que foram os primeiros habitantes dessa localidade, além dos colonizadores portugueses, pelos africanos e posteriormente pelos imigrantes europeus.

Segundo Nardoto (2001), essa reminiscência mantém vivas as práticas culturais que caracterizam a história desse município, dentre elas o Jongo, a Capoeira, o Reis de Boi e o Congo e que sob ótica legal e pedagógica, fazem parte do patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES.

Em louvor a São Benedito, o santo considerado o padroeiro de São Mateus, o Jongo, também chamado de brincadeira, representa a cultura do negro no norte do estado do Espírito Santo, sendo caracterizada como uma roda de samba, na qual participam mulheres homens e crianças que dançam no sentido anti-horário. Seus instrumentos musicais são a casaca, tambores e reco-recos, esses instrumentos normalmente são confeccionados pelos jongueiros, ou seja, pelos membros do grupo. Os textos das atuais músicas foram modificados ao longo do tempo, até que foram adquirindo as características dos remanescentes negros da comunidade mateense. Conforme Nardoto (2001) a prática inicial consiste de à frente do grupo, a saída de um tambor e um oratório com a imagem de São Benedito, percorrendo as ruas e pedindo doações e brindes para o custeio dos festejos:

Tradicionalmente a movimentação tem início no mês de dezembro, no dia 23, quando as mulheres se dirigem à Igreja de São Benedito, onde vão buscar a bandeira do santo. No dia 25, geralmente às 15 horas, um cortejo formado por homens e mulheres parte da rua do Teimoso no bairro Sernamby, percorrendo as ruas até chegar na igreja do Santo Protetor entoando cânticos, enquanto conduzem o mastro (NARDOTTO, 2001, p. 374).

Nesse processo, os jongueiros fazem saudação e saem por meio de cantorias e somente no dia 27 de dezembro é que, após a missa, brincam e cantam pelas ruas da cidade. Às 17 horas, sai a procissão que culmina com a “Dança das Fitas”, “Dança dos Arcos”, e o Jongo propriamente dito. O mastro só é retirado dia 20 de janeiro, num cortejo de onde sairá somente na próxima festa de São Benedito, conforme ilustrado na imagem a seguir:

Figura2– Apresentação do Jongo São Benedito



Fonte: disponível [www.hotelessenciadopara.com.br](http://www.hotelessenciadopara.com.br), acesso em 10/04/17.

A Capoeira, outra prática cultural, considerada patrimônio cultural imaterial de São Mateus, foi trazida pelos africanos ao Brasil no século XVII, é uma prática que mistura dança, música e luta. Foi tombada em 2008 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e considerada pela Unesco – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Segundo Nardoto (2008, p. 378),

“[...] diante da perversidade do sistema político escravocrata, surgiu a capoeira de Angola, arma genuína de defesa e ataque, trazida pelos negros de Angola, Cabinda e Benguela – países da África”. A capoeira era praticada pelos negros nas senzalas, nos quilombos e nas matas.

Essa manifestação era reprimida pelas autoridades da época colonial no Brasil, pois a julgavam sua manifestação como uma arma perigosa contra os senhores. Em São Mateus, a capoeira ainda se perpetua entre os bairros, praticada por vários grupos que a consideram berço de nossa herança cultural. Seguindo um certo ritual, antes do toque do berimbau, instrumento típico da capoeira, os participantes fazem o sinal da cruz, e a iniciam cantando suas músicas também chamadas de ladainhas e o hino da capoeira.

Figura 3- Prática da Capoeira em São Mateus, ES.



Fonte: Disponível em <https://www.flickr.com/photos/ministeriodoesporte>, acesso em 23/04/2017.

Para Nardoto (2001), outro patrimônio cultural imaterial do município de São Mateus é o Reis-de-Boi, prática cultural advinda da Península Ibérica há mais de 300 anos. É um ato popular composto por muitos personagens como o Boi, Pai Francisco, Catirina, Doutor, dentre outros. Essa manifestação une-se aos reisados do Bumba-meu-boi, sua prática tem início em 06 de janeiro dia de Santos Reis e se estende até 03 de fevereiro - dia de São-Brás. A sanfona, violão pandeiros e chocalhos, animam a manifestação. O grupo adorna-se com camisas de manga longa, fitas no peito, chapéus e vários adornos, visitam as casas anunciando a chegada do menino Jesus. Normalmente, são recebidos pelas famílias mateenses e a eles (os marujos) é ofertado um lanche, único donativo dado pela louvação, conforme a Figura 4:

Figura 4 - São Mateus – Reis de Bois em São Mateus - ES



Fonte: [www.saomateus.es.gov.br/site/noticia-detalle.aspx?id=202](http://www.saomateus.es.gov.br/site/noticia-detalle.aspx?id=202), disponível no site do Acervo Fotográfico do IBGE, acesso em 10/04/2017.

Essas práticas evidenciadas na pesquisa, ainda estão presentes em alguns eventos do município, entretanto, tantas outras como o Congo, a Marujada, a Procissão das Almas e as Pastorinhas, que fazem parte do patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES, infelizmente, são consideradas práticas culturais quase extintas nesse município, mas que representam um legado cultural que marcou os povos nessa localidade e que precisam ser reconhecidos e preservados pela comunidade local e por toda a sociedade como um importante patrimônio cultural imaterial. A reconstrução do passado de um povo e sua preservação não é tarefa fácil, mas quando a parceria e empenho na execução de funções, esse patrimônio pode ser reconhecido e preservado.

Nesse sentido, o município de São Mateus, cenário de escravidão e também de movimentos contra a escravidão, é parte de uma memória coletiva, desse modo, depoimentos orais, eventos culturais e atividades cotidianas nas escolas, são práticas pedagógicas que podem promover mais fomento e ações educacionais frente à sua história. Os conteúdos e atividades desenvolvidas no ensino de História, pelos docentes dos anos finais do Ensino Fundamental podem propiciar o resgate de memórias tão significativas.

É preciso que na relação teoria e prática, exista um direcionamento do trabalho pedagógico que inclua a abordagem sobre o patrimônio cultural imaterial local e que haja um acompanhamento e apoio efetivo dessas práticas pedagógicas no cotidiano escolar, ou seja, que cada agente, sujeito da história da sociedade, assuma essa responsabilidade coletiva.

Assim, além de analisar as práticas pedagógicas escolares, com observação direta e entrevistas semiestruturadas com os professores, faz-se necessário analisar os currículos escolares, as estratégias de ensino, bem como, os materiais didáticos disponíveis para o manuseio do docente e dos discentes.

Apesar de existirem tensões entre currículo e formação de professores no ensino de História, há de se considerar o professor como mediador na sala de aula, com autonomia para ressignificar o conteúdo, possibilitando-o trabalhar de forma diferenciada no processo de produção do conhecimento histórico.

Nessa acepção ao discente, uma participação protagonista no processo ensino-aprendizagem, poderá torná-lo um sujeito capaz de reflexões e intervenções em prol do reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural imaterial na comunidade na qual está inserido.

Desse modo, cursos para formação continuada, materiais didáticos com orientações teóricas e práticas ao docente e cartilhas de conscientização, por exemplo, poderão servir de subsídio para mitigar a distância ainda existente entre a História do currículo escolar e a História do qual o discente faz parte. E essas ações, podem ter responsabilidades partilhadas, pelos membros das comunidades que compõem o município, pelas secretarias de Educação e Cultura, e em especial, como destacado na pesquisa, pelos docentes de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Portanto entende-se que a educação é caminho de formação de um sujeito crítico e reflexivo, é por meio da educação que os conhecimentos acerca dos fatos do passado podem ser convites para reflexões e intervenções nas realidades dos discentes, e, sobretudo, um caminho em prol do reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial, que pode ser concebido como uma fonte de formação do sujeito histórico.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa é um campo de possibilidades, é um relevante espaço para reflexão de variados cenários, seus desafios e possibilidades, em especial na educação, campo necessário para a formação de um sujeito consciente e crítico de sua realidade. A pesquisa no campo da educação possibilita a investigação de diversos assuntos para que profissionais aperfeiçoem suas práticas em prol de uma educação de qualidade. Partindo dessa referência, a investigação no campo de uma pesquisa permite pensar, mas, sobretudo, construir e efetivar intervenções significativas em dadas realidades.

Para Gil (1999, p.42), a pesquisa é um "[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos".

Desse modo, almejando gerar argumentos fundamentados, tanto teoricamente, quanto empiricamente, essa pesquisa se fundamenta numa vertente qualitativa, partindo da ótica do problema que é o de investigar quais as contribuições do ensino de História para o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES. Ainda sob ótica de Gil (1999), o contexto da pesquisa, é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Portanto, a pesquisa é descritiva para que os aspectos da qualidade e dos contextos sejam evidenciados.

Primeiramente foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica que conforme afirma Ferrão (2003, p. 102):

[...] a pesquisa bibliográfica é baseada na consulta de todas as fontes secundárias relativas ao tema que foi escolhido para a realização do trabalho. Não deve ser apenas uma simples cópia do que já foi escrito sobre o tema por outros autores, mas, a análise, a interpretação, o confronto de informações dos autores, e a elaboração de novas conclusões.

A pesquisa bibliográfica serviu de base para uma sustentação fidedigna dos conceitos evidenciados na pesquisa. Foi por meio da sustentação teórica que os conceitos de História, Patrimônio Cultural Imaterial puderam ser relacionados de modo a delegar ao processo ensino-aprendizagem de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, possibilidades de relação no campo pedagógico.

Como definição de campo de pesquisa, está o município de São Mateus, localizado no estado do Espírito Santo, que possui em sua história, elementos do patrimônio cultural imaterial de uma cidade com um passado rico. E os sujeitos são todos os docentes da disciplina História dos anos finais do Ensino Fundamental.

Nessa pesquisa, será utilizada a pesquisa-ação junto aos docentes de História dos Anos Finais do Ensino Fundamental, uma vez que conforme preconizado no Plano de Ensino da rede municipal de Educação de São Mateus, ES, os conteúdos de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em suas perspectivas teóricas e práticas já determinam uma gama de conteúdos direcionados a história local, o que garantem uma valorização do patrimônio cultural imaterial e, delega aos anos finais, uma responsabilidade e sequenciar esse processo didático-metodológico.

Para Laville (1999), a pesquisa-ação, permite um aprofundamento nos resultados da pesquisa, e possibilita ao pesquisador mostrar-se criativo e imaginativo apresentando detalhes quanto ao elemento pesquisado, garantindo assim resultados significativos.

Por meio de uma pesquisa-ação, o pesquisador pode manter a imparcialidade e ao mesmo tempo colher dados mais aprofundados, tendo oportunidade de um contato maior com os sujeitos e sua relação com o problema pesquisado.

Assim, Thiollent (2011) diz que a pesquisa-ação poderá interligar conhecimentos e ações, gerando novos conhecimentos, os atores e pesquisadores poderão adquirir maior interação, caracterizando todo o contexto da pesquisa, dando inclusive voz aos pesquisados, para efetivar essa visão, ou seja, a elaboração de um espaço dialógico para a construção dos saberes da pesquisa, que podem ser construídos, por exemplo, em forma de seminários. Os seminários ou formações são possibilidades de reunião dos sujeitos da pesquisa e oportunizam momentos para que as inquietações da pesquisa sejam centralizadas e investigadas conforme se pode observar na citação do mesmo autor:

O método de pesquisa-ação consiste essencialmente em elucidar problemas sociais e técnicos, cientificamente relevantes, por intermédio de grupos em que encontram-se reunidos pesquisadores, membros da situação problemas de outros atores e parceiros interessados na resolução dos problemas levantados ou, pelo menos, no avanço a ser dado para que sejam formuladas adequadas

respostas sociais, educacionais, técnicas e/ou políticas (THIOLLENT, 2011, p. 7)

Thiollent (2011) ressalta que no campo da educação, a pesquisa-ação não apenas aponta resultados, ela permite a descrição e avaliação profunda em prol da construção ou reconstrução de caminhos, métodos, e metodologias nos sistemas de ensino, oportunizando um espaço de fruição de saberes para a melhoria da qualidade da educação.

Para tanto foi organizada uma formação, no processo de estrutura e efetivação da pesquisa, com um tópico específico num projeto de Extensão da Faculdade Vale do Cricaré, intitulado: Formação Continuada em História, com carga horária de 100 horas, e ofertado gratuitamente para 100% dos professores de História do 6º ano 9º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de educação de São Mateus, ES, desenvolvido como projeto de extensão da Faculdade Vale do Cricaré, localizada em São Mateus, ES, por meio do curso de Pedagogia, em parceria com os programas de mestrado da Faculdade Vale do Cricaré, Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional e Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação.

Essa formação objetivou propiciar aos docentes, informações conceituais, legais e sugestões de práticas pedagógicas que contemplem temas atuais do ensino de História, dentre eles, o ensino de História e suas contribuições para o reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial local, além de ser um momento para a coleta de dados da pesquisa.

Então, na fase inicial da coleta de dados para a análise, foi desenvolvida a pesquisa bibliográfica, garantindo os aspectos teóricos que fundamentaram conceitos da História como ciência, a História como disciplina escolar, patrimônio cultural imaterial no Brasil, aspectos legais do patrimônio cultural no Brasil, e as vertentes pedagógicas atuais do ensino de História determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e pela Base Nacional Comum Curricular, para, posteriormente, serem abordadas as possibilidades e desafios da relação pedagógica existente entre o ensino de História e o patrimônio cultural imaterial, sob ótica também teórica e prática, por meio da investigação junto aos docentes de História.

Na segunda etapa da pesquisa que estrutura-se na pesquisa de campo, para garantir a fidedignidade dos dados. Foram aplicados questionários com perguntas

semiestruturadas a 100% dos docentes de História do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental da rede municipal de educação de São Mateus, ES, objetivando identificar se existem e quais são as práticas pedagógicas de História que se relacionem ao reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial no cotidiano escolar.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128),

[...]pode ser definido como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

O questionário aplicado aos docentes objetivou aos mesmos responder perguntas fechadas acerca da relação pedagógica que pode se construir nas aulas de História nos anos finais do Ensino Fundamental quanto à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de São Mateus – ES, mas também oportunizou aos docentes compartilhar respostas em perguntas abertas para que estes pudessem descrever suas práticas e a exposição dos desafios do cotidiano escolar frente ao tema pesquisado.

Após a análise dos dados, foram tecidas as considerações finais sobre o ensino de História e sua contribuição no processo de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural Imaterial de uma localidade, tendo como ponto de partida o campo de investigação da pesquisa.

## 5.1 LOCAL DA PESQUISA

O local da pesquisa é o município de São Mateus, localizado no estado do Espírito Santo, abrangendo 100 % das escolas municipais de Ensino Fundamental, ou seja, as escolas que fazem parteda região I, considerada a região urbana e que atende discentes de todos os bairros da cidade.

## 5.2 SUJEITO DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa são docentes que atuam na disciplina de História, nos anos finais do Ensino Fundamental do município de São Mateus, ES,

contratados pela Secretaria Municipal de Educação em regime temporário ou em caráter efetivo.

## 6 ANÁLISES E RESULTADOS DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta os dados obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e da pesquisa-ação. É nele que se consolida de forma sistematizada a visão que, a priori, se levantou acerca da possível relação existente entre o ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de uma localidade.

Neste capítulo se configura a síntese bibliográfica de que as vertentes pedagógicas atuais rumam em direção a um caminho de possibilidades para que de modo intercalado aos conteúdos do ensino o docente de História aborde a história local por meio do patrimônio cultural imaterial.

A pesquisa-ação, caminho metodológico dessa pesquisa também elenca os desafios que os professores de História dos anos finais do Ensino Fundamental vivenciam no cotidiano escolar para que a abordagem do conteúdopatrimônio cultural imaterial seja uma realidade nas aulas de História, bem como expõe as possibilidades para a consolidação significativa dessa aprendizagem junto ao discente.

### 6.1 RESULTADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica, primeira etapa dessa pesquisa, sustenta que a História como ciência, também possui uma história e que esta percorreu durante muito tempo uma visão tradicional frente aos conteúdos do ensino e as práticas pedagógicas, mas que hoje, apresenta um caminho de possibilidades para que o docente possa mediar um ensino ativo em que o discente, seja sujeito de sua História.

Como disciplina escolar, a História manteve-se até o fim do século XIX e início do século XX, num direcionamento intrinsecamente ligado aos feitos dos heróis e à memorização mecânica dos fatos. Entretanto, as manifestações sociais e educacionais advindas de meados do século XX até dias atuais, estiveram ligadas à necessidade de evidenciar temas como cultura, memória, patrimônio cultural, dentre outros que aproximam o discente aos conteúdos do ensino tornando-o protagonista das ações positivas de sua comunidade.

Identificou-se também que o saber Patrimônio Cultural Imaterial, possui na contemporaneidade toda uma sustentação conceitual, prática e no campo da legalidade, delegando, sobretudo, como foco da pesquisa na área educacional, ações e responsabilidades, nas esferas, federal, estadual e municipal, bem como nas secretarias municipais e superintendências estaduais, escolas e ações docentes, bem definidas para a consolidação desses saberes junto aos discentes no cotidiano escolar.

Ficou explícito também que as vertentes pedagógicas do Ensino de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, direcionam os docentes no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, apesar dos desafios do cotidiano escolar, como falta de material didático, para a autonomia pedagógica e para a possibilidade de abordarem em suas aulas, o patrimônio cultural imaterial de sua localidade de forma significativa com autonomia.

## 6.2 RESULTADOS DA PESQUISA-AÇÃO

O processo ensino-aprendizagem bem como de construção do conhecimento é entendido na contemporaneidade pela vivência, ou seja, pela experiência, desse modo, entende-se a necessidade da relação teoria e prática e também dos momentos dialógicos, onde os sujeitos, discentes e docentes, por meio das trocas de saberes possam gerar novos saberes e construir com fruição reflexões e intervenções positivas em prol da comunidade no qual estão inseridos.

É partindo dessa premissa que se construiu a Formação Continuada em História: Perspectivas e Práticas, como possibilidade de aproximação dos docentes de História da rede municipal de educação de São Mateus, ES, para que estes docentes, sujeitos relevantes desta pesquisa pudessem revelar com fidedignidade a relação do ensino de História e o patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES nos anos finais do Ensino Fundamental.

### **6.2.1 A Estrutura da Formação Continuada em História**

Foi elaborado um projeto de extensão, para que as teorias e práticas do ensino de História pudessem adquirir um espaço aberto de debates entre os acadêmicos, os professores de História e a comunidade.

A elaboração deste projeto, veio ao encontro das possibilidades e do período de realização desta pesquisa de mestrado que, por meio da visão empreendedora da FVC em prol de seu município e região, aprovou o referido projeto. Esta aprovação ocorreu por intermédio do curso de Pedagogia, apoio do Curso de Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré e da direção da referida instituição, que mantém ativa a visão de aproximação acadêmica com a comunidade e suas necessidades, estimulando seu desenvolvimento nas variadas instâncias, dentre elas a educacional. Assim, de modo gratuito-colaborativo, a formação aconteceu, sendo ofertada para todos os docentes de História da rede estadual e da rede municipal de São Mateus – ES, tendo como um de seus módulos, o tema Patrimônio Cultural Imaterial, foco desta pesquisa.

No intento de materializar a formação, que tinha como objetivo central do projeto de extensão, oportunizar aos docentes de São Mateus e região um espaço dialógico acerca das teorias e práticas do Ensino de História, bem como fomentar o reconhecimento do Patrimônio Cultural Material e Imaterial por meio das práticas pedagógicas que concebam o discente um sujeito histórico; A Faculdade Vale do Cricaré firmou parceria com a Secretaria Municipal de Educação e entre o segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017, ofertou gratuitamente a formação continuada em História, com encontros mensais, tendo como público alvo, os docentes de História dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e acadêmicos de Pedagogia, a carga horária do mesmo foi de 100 horas, com encontros realizados na Faculdade Vale do Cricaré.

O projeto escrito, a estrutura da formação, bem como a ficha de inscrição, foram enviados às escolas por meio do endereço eletrônico (*e-mail*) de cada diretor de escola, direcionados pelo setor de Formação da Secretaria Municipal de Educação e pela Superintendência Regional de Educação (SEDU), sendo inclusive divulgados na mídia local.

### 6.2.2 Agenda e Conteúdo dos Encontros

| Encontros Mensais | CONTEÚDOS  | CARGA HORÁRIA                           |
|-------------------|--|---|
| 29/10/2016        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• História, Política e Educação;</li> <li>• História e Cultura Afro-Brasileira;</li> </ul> Palestrante: Professora Doutora Simone Alves Cassini e Professora Especialista Rosângela Bueno. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos direcionados.</li> </ul>  | Das 08h00 às12h00 e das 13h00 às 17h00. |
| 12/11/2017        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• História, Desafios e Possibilidades.</li> </ul> Palestrantes: Professora Doutora Sônia Barreto Freire, Professor Doutor Sebastião Pimentel Franco e Professora Doutora Patrícia Maria da Silva Merlo. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos direcionados.</li> </ul>   | Das 08h00 às12h00 e das 13h00 às 17h00. |
| 11/03/2017        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identidade e Memória;</li> <li>• História Local e História de São Mateus;</li> </ul> Palestrante: Historiador Maciel de Aguiar. <ul style="list-style-type: none"> <li>• História e a Base Nacional Comum</li> </ul> Palestrante: Professor Doutorando José Roberto Gonçalves de Abreu. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos direcionados.</li> </ul> | Das 08h00 às12h00 e das 13h00 às 17h00. |
| 08/03/2017        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>História e Patrimônio Cultural</b></li> </ul> Palestrante: <b>Professora Mestranda Marília Alves Chaves Silveira.</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação, História e Movimentos Sociais;</li> </ul> Palestrante: Professor Doutor Adelar João Pizzeta. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos direcionados.</li> </ul>                | Das 08h00 às12h00 e das 13h00 às 17h00. |
| 13/04/2017        | Seminário – Práticas Pedagógicas   | Das 08h00 às12h00 e das 13h00 às 17h00. |

### 6.2.3 Dados Obtidos na Formação Continuada em História

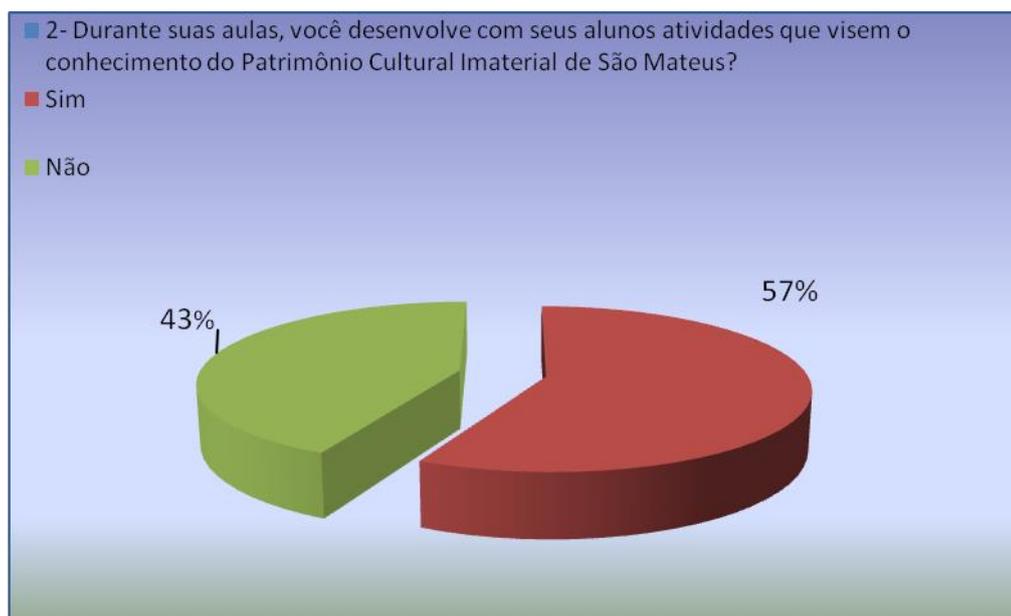
Responderam ao questionário e foram entrevistados, por meio dos espaços de diálogos e debates da formação, todos os docentes de História do 6º a 9º anos do Ensino Fundamental da Região 1 (urbana), região que recebe alunos de todos os bairros do meio urbano de São Mateus, que compreende um total 8 escolas, no intento de manter a fidedignidade da pesquisa.

Na pergunta 1, buscou-se identificar se os docentes de História do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental, conhecem o patrimônio cultural imaterial de São Mateus.

Das 8 escolas pesquisadas, em todas, seus docentes de História responderam que são conhecedores do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus, ES. Este resultado apresenta pedagogicamente, à priori, um ponto de partida positivo, pois para que um processo ensino-aprendizagem na disciplina quanto ao tema, possa ser desenvolvido sob direcionamento dos saberes do docente, é necessário que este, como mediador de informações, possua um conhecimento prévio acerca do conteúdo a ser ensinado.

Na pergunta 2, objetivando identificar se o tema da pesquisa é abordado no cotidiano das aulas de História, perguntou-se se durante as aulas são desenvolvidas atividades que visem o conhecimento do patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES:

Gráfico 1 – Atividades desenvolvidas sobre o Patrimônio Cultural e Imaterial de São Mateus, ES



Fonte: autoria própria

A partir do quantitativo descrito no gráfico, é possível constatar, de modo instigante, que o docente que atua na rede municipal de educação de São Mateus, ES é conhecedor do patrimônio cultural imaterial desta localidade, mas que quase 50% destes docentes infelizmente não desenvolvem atividades que visem o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial do referido município, desencadeando inclusive algumas reflexões, como por exemplo, o desejo de descobrir quais são os desafios para a efetivação destes saberes no cotidiano das aulas de História.

Como está preconizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como na Base Nacional Comum Curricular a relevância da aprendizagem dos saberes da realidade no qual o discente está inserido, ou seja, o ensino das informações no que tange à História, as memórias, a cultura, enfim toda a história local e consequentemente seu patrimônio cultural imaterial, foi levantada a terceira indagação:

De que forma você desenvolve o conhecimento nos alunos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus?

As respostas de todos os docentes trazem relevantes reflexões, ou seja os mesmos listam as práticas pedagógicas que utilizam para ensinar acerca do tema pesquisado: “Através de debates, filmes, slides (quando tem disponível). Não trabalho, pois o programa que segue é sobre a história de outros povos. Através de filmes e vídeos. Não consigo desenvolver, primeiro por falta de material, segundo a dificuldade do próprio professor, terceiro as dificuldades em tirar o aluno de sala de aula para ter uma experiência in loco sobre o patrimônio imaterial. Através de dados retirados da internet e dos livros de Maciel de Aguiar. Com aulas práticas, palestras, imagens e confecções de materiais alusivos ao tema. Contextualização do nível local as temáticas trabalhadas de sala de aula. Falo das Manifestações como Capoeira e Folia de Reis apresentando vídeos e documentários”.

A partir de um planejamento bem estruturado, que sistematize todos os objetivos e o percurso de uma sequência didática, o material didático, como os recursos de multimídia, livros, jornais, por exemplo, podem ser relevantes instrumentos de ensino-aprendizagem para que o patrimônio cultural imaterial possa ser abordado nas aulas de História, mas é evidente a partir das respostas, que a escassez destes, impossibilita a prática de metodologias que contemplem as

múltiplas habilidades dos discentes mediante a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

A quarta pergunta arguiu sobre quais/qual Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus, ES, você trabalha durante suas aulas? Justifique.

- “Reis de Bois, Jongo, produção de panela de barro, produção de beiju, e outros derivados da mandioca nos quilombos de São Mateus”;
- “Reis de Bois, Casa da Farinha, beijus, Capoeira, artesanatos e etc, devido a importância cultural e de afirmação”;
- “Porto de São Mateus, devido ter sido ponto de encontro e comércio de escravos”;
- “Cito o beiju e o jongo das Barreiras e sobre os quilombolas”;
- “Mais a Capoeira”;
- “Nenhum”;
- “Filmes sociais;
- “Folia de Reis e Capoeira”.

Conforme a pesquisa bibliográfica, São Mateus, ES possui um vasto patrimônio cultural imaterial, alguns vêm se perdendo no tempo. As respostas dos docentes anteriormente descritas confirmam estes dados, pois do vasto patrimônio como a Capoeira, Jongo, Congo, Reis de Bois, Folia de Reis, Marujada, Procissão das Almas, Pastorinhas, as práticas que ocorrem no Mercado Municipal e no Sítio Histórico Porto, dentre outros, ainda se faz pouco presente na escola, se considerado que essas práticas aparecem de forma isolada em cada escola. Estas respostas são um convite aos docentes, comunidade escolar, responsáveis pelas secretarias e superintendências de educação, direcionarem uma atenção maior os conhecimentos que não estão se consolidando nos anos finais do Ensino Fundamental.

A quinta pergunta: Você acredita que o Ensino de História possui responsabilidades educacionais em relação ao reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus, A interpretação da pergunta 5 trouxe os seguintes resultados:

- “Promover no aluno a responsabilidade sobre a preservação das manifestações culturais”;
- “Possui mas não temos acesso ao acervo”;
- “A de divulgar a História da cidade, Reis e Jongo”;

- “A educação patrimonial está intimamente ligada com a História ela faz parte da história local dentro do contexto da história do Brasil, criar um material apropriado para o ensino em São Mateus e capacitação dos professores é necessário”;

- “Desenvolvimento do pensamento crítico, ético, social, moral e de luta pelos direitos conquistados. Somos responsáveis por manter vivos e perpetuar e expandir esses bens culturais. A disciplina de História pode trazer discussões sobre o patrimônio material e imaterial e o conhecimento e a valorização para a preservação, porém precisamos de ações paralelas como educação patrimonial e visitas dos alunos nos espaços, museus e patrimônios do município”.

Conforme as respostas anteriores, apesar de quase 50% dos docentes afirmarem que no cotidiano das aulas, não abordam o patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES, bem como ficou explícito que o patrimônio cultural imaterial deste município se faz presente nas escolas, mas com representações ainda isoladas, todos os docentes são cientes das responsabilidades educacionais do Ensino de História com o reconhecimento e preservação de uma localidade. Essa análise elenca que ainda é preciso que os saberes postulados nos conteúdos do currículo escolar, bem como na formação docente, sejam de fato vivenciados pelos discentes no cotidiano das aulas de História e para que isso aconteça, é preciso a parceria e atuação efetiva dos responsáveis diretamente e indiretamente pela educação.

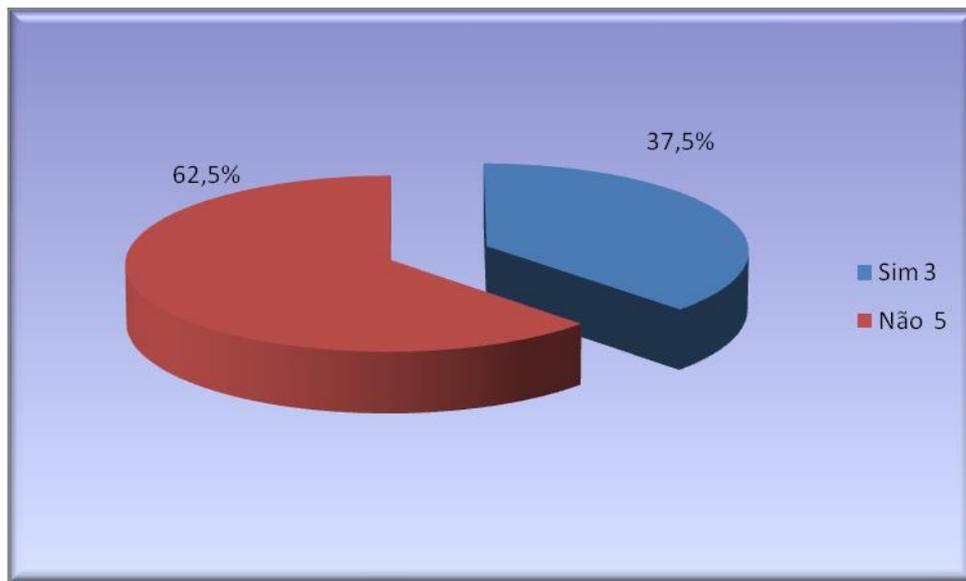
Sexta pergunta foi: Quais elementos do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES, estão, ou já estiveram presentes, na escola em que você leciona História no desenvolvimento das atividades pedagógicas?

Obteve-se as seguintes respostas:

- “Acabei de entrar na escola, ainda não presenciei nada”;
- “Reis de Bois e Capoeira”;
- “Histórias e memórias contadas em atividades extras”;
- “Nenhum”
- “Só a Capoeira”;
- “Filmes, livros e periódicos”
- “Danças”;
- “A Capoeira”.

O sétimo questionamento foi em relação ao Currículo Escolar da rede municipal de educação de São Mateus - ES, você acredita que o mesmo contempla em seus objetivos o reconhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

Gráfico 2 – O currículo escolar da rede municipal de São Mateus, ES



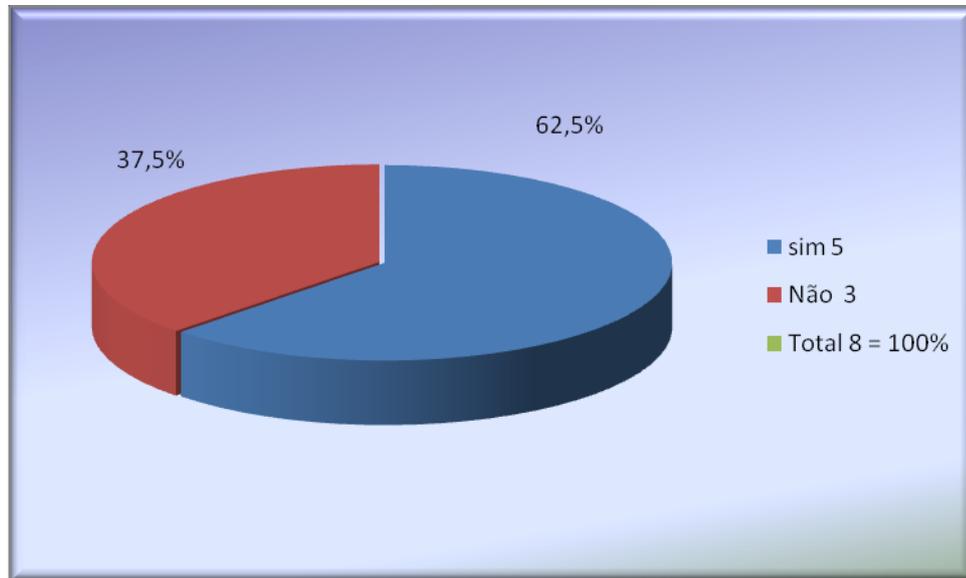
Fonte: autoria própria

A partir dos dados do gráfico, identifica-se que mais da metade dos docentes de História da rede municipal de educação de São Mateus, ES, afirmam que o currículo escolar não contempla o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial desta localidade. Esse quantitativo traz reflexões como: É necessário por meio de formações e capacitações, ampliar a interlocução dos saberes dos professores frente ao tema pesquisado, bem como promover espaços dialógicos acerca dos posicionamentos e os direcionamentos que estruturam as perspectivas curriculares e pedagógicas que chegam às escolas. Esta interlocução será relevante, pois aproximará a sustentação das Diretrizes Curriculares Nacionais, da Base Nacional Comum Curricular e o processo de ensino-aprendizagem vivenciado na escola, levantando os desafios e as possibilidades frente ao quantitativo apresentado no gráfico de modo compartilhado.

A oitava pergunta procurou saber: Existem desafios enfrentados por você para a realização de práticas pedagógicas que contemplem o reconhecimento e

preservação do patrimônio cultural imaterial de São Mateus, ES no cotidiano escolar?

Gráfico 3 – Os desafios para a realização das práticas pedagógicas



Fonte: autoria própria

Para contemplar o tema reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial os docentes de História além de apresentarem a maioria de dados que mencionam os desafios para essa prática, deixaram também, a título de observações, quais são estes desafios? Conforme descrito a seguir:

- “Falta de estrutura pedagógica e apoio à conservação do patrimônio”;
- “O preconceito”;
- “Falta de materiais”;
- “Falta de verba, pouca importância dada aos pares, dificuldade de encontrar material específico”;
- “Falta de recursos para levar os alunos a outros espaços de ensino e aprendizado”.

Estes apontamentos são relevantes para que cada docente, órgão, setor secretaria e superintendência, revisem suas ações, reflitam nas leis, vertentes pedagógicas e otimizem a aprendizagem dos discentes que deve ser um direito garantido de forma qualitativa e quantitativa.

Perguntou-se na nona questão: Em sua concepção, qual a relação entre o Ensino de História nos anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

Obteve-se as seguintes respostas:

- “O ensino de História também ajuda no processo de construção da identidade, nesse processo é necessário valorizar outros saberes, como os saberes dos patrimônios.É uma relação intrínseca nelas”;

- “O aluno deveria saber sobre seu município, com sua história para explorar o turismo”;

- “Muito relevante, principalmente do 6º ao 9º anos, onde a matéria é mais exigida. Pelo fato do material e currículo compreenderem a história afro-brasileira”;

- “Fraco, deixa muito a desejar”;

- “A toda relação de conhecimento e preservação da cultura”.

As respostas dos docentes, conforme descritas e ao evidenciarem termos como identidade, valorização de saberes e cultura, remontam elementos da sustentação teórica desta pesquisa, pois confirmam a possibilidade explícita de que o ensino de História pode contribuir para o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural de uma localidade, mas, deixa explícita a necessidade de um conhecimento aprofundado frente ao tema.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer e preservar o patrimônio cultural imaterial de uma localidade é, sem dúvida, um ponto de partida para a formação de sujeitos de sua história. Sujeitos capazes de refletir e praticar ações em prol do desenvolvimento de sua comunidade, pois estes estarão aptos no processo de identificação e valorização de sua identidade, percebendo-se parte relevante de um contexto de diversidades.

Mediante a sustentação teórica desta pesquisa, que interligou a História como ciência e como disciplina escolar, os conceitos de patrimônio e patrimônio cultural imaterial e toda a caracterização pedagógica, foco da pesquisa que aponta para as relações existentes entre o ensino de História o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural de uma localidade, ficou evidente que este é um processo possível, mas que ainda apresenta desafios pedagógicos e estruturais na atuação dos variados agentes que possuem responsabilidades educacionais nesse processo.

A interlocução construída pela pesquisa, que vai da visão teórica ao cotidiano escolar relatado pelos professores de História do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental frente a tema, aponta que ainda é preciso investir em ações que deem suporte pedagógico à prática docente. Cursos de extensão, oficinas, seminários, aproximação dos órgãos e respectivas secretarias e superintendências ao planejamento docente, por exemplo, precisam se efetivar como uma realidade cotidiana, pois os docentes apontam que efetivar o ensino proposto pela pesquisa, ainda não é possível pela falta de aporte no campo físico e pedagógico.

Percebe-se também a necessidade de ampliar o caráter formativo do docente de História frente ao ensino de História, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial, bem como ao conhecimento da história local. Esse aporte dará ao mesmo subsídios para ampliar sua atuação pesquisadora e para ressignificar sua ação como docente e fomentará em si, bem como nos discentes a busca pela garantia dos direitos frente ao tema.

Face a essas reflexões, ficam evidentes duas contribuições da pesquisa, seu aporte pedagógico sob o prisma teórico, que delinea de modo sistematizado cada etapa do tema pesquisado, apresentando as possibilidades da relação entre a História, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural de uma

localidade, bem como contribui levantando as necessidades ainda encontradas na escola para que a educação que reconheça e preserve o patrimônio cultural imaterial de uma localidade aconteça de modo significativo.

Portanto, fica evidente que perante ao objetivo geral da pesquisa, que foi o de analisar as contribuições do ensino de História, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural imaterial de uma localidade, identificou-se que apesar de muitos desafios ainda presentes no cotidiano escolar, consolidar uma aprendizagem significativa com elementos qualitativos e quantitativos, pode gerar potencialidades no ensino de História em qualquer realidade. Entretanto, essa potencialidade só pode ser conquistada desde que cada agente envolvido no processo direta ou indiretamente, reconheça o caráter valorativo e formativo que a educação por meio do ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, pode delegar ao sujeito e, conseqüentemente, no processo de reconhecimento e preservação de seu patrimônio cultural imaterial do espaço no qual está inserido.

## REFERÊNCIAS<sup>1</sup>

ABNT. **Diretrizes para Apresentação de Dissertação e Teses da USP:** Universidade de São Paulo, parte I / Sistema Integrado de Bibliotecas da USP; Vânia Martins Bueno de Oliveira Funaro ...[et al.]. 3 ed. Rev. Ampl. São Paulo, SIBIUSP, 2016 (Cadernos de estudos; 9).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação.** 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF. 1998. Ensino de quinta a oitava séries. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn\\_5a8\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pcn_5a8_historia.pdf), acesso em 10/4/2017.

\_\_\_\_\_. **Legislação Sobre Patrimônio Cultural:** Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 366 p. (Série Legislação: n. 41).

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum.** Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>. Acesso em 06/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 10/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.649, de 27 de maio de 1998.** Dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9649cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9649cons.htm). Acesso em 10/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Portaria Nº 200, de 18 de maio de 2016** que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, no Art. 2º,

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.551, de 04/08 de 2000.** Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.844, de 7/05/2009,** Seção V, art. 20. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6844.htm), acesso em 08/05/2017.

---

<sup>1</sup>De acordo com as Diretrizes para Apresentação de Dissertação e Teses da USP. 3ª ed, revisada, modificada e ampliada. Parte I, cadernos de estudos 9. São Paulo: 2016

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), acesso em 12/04/2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010.** Define as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf), acesso em 12/04/2017.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos.** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade. Lembranças de Velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985. **Escritos sobre a História.** 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BRODBECK, Marta de Souza Lima. **Vivenciando a História: metodologia do ensino da história** - Curitiba: Base Editorial, 2012.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia** / tradução Nilo Odalia. – 2 ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História hoje: Dúvidas, Desafios e Propostas. Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n.13, v.7, 1994, pp.97-113.

CANO, Márcio Rogério Soares de Oliveira et al. (Coord.). **Coleção a Reflexão e a Prática do Ensino; 6.** São Paulo: Blucher, 2012.

CARR, Edward. **O que é História.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª Ed. 1982.

CUNHA, Eduardo Durão Cunha. **São Mateus e sua História.** Revista São Mateus 450 ANOS. Edição Única. São Mateus: Edal Editora, 1994, p.4-36.

DALL'ORTO, Marco Antônio Campo. **Rio Cricaré: e a história cultural de seu povo.** Vitória, ES:s.n., 2008.

FERRÃO, Romário Gava. **Metodologia Científica: para iniciantes em pesquisa.** Linhares: Unilinhares/Incaper, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Aprendendo História: reflexão e ensino** / Marieta de Moraes Ferreira, Renato Franco. – São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

GIL. Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, S. A. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 3.ed. Rio de Janeiro. DP&A. 2006. Tradução Guarcica Lopes Louro, Tomaz Tadeu da Silva.

IPHAN – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br>, Acesso em 05/04/2017.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>, acesso em 06/04/2017.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia científica**. 6. ed. -4. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2007.

LEDUR, Flávia Albertina Pacheco. **A Educação Patrimonial Formal como Elemento Reconhecedor do Patrimônio Cultural em São Mateus do Sul – PR**. Canoinhas. 127 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado UnC, 2012.

LAVILLE, Cristian. **A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. 1999. Porto Alegre. Editora UFMG

MARTINS, Iluzinilda Neves. **Espírito Santo Meu Paraíso em Versos**. Primeira Edição. Ed. Tribuna do Cricaré. São Mateus. 2000.

MIRANDA, Monastirsky, L, B. **Espaço Urbano: Memória Social e Patrimônio Cultural**. Texto digitado, (2009).

NARDOTO, Eliezer Ortolani. OLIVEIRA; Erinéia Lima. **História de São Mateus**. 2 ed. São Mateus: Atlântica, 2001.

NARDOTO, Eliezer. **História, Geografia e Economia de São Mateus**. São Mateus: Ed. do Autor, Editora Folha do Campo. 2016.

NEVES, Maria Clara Medeiros Santos. **Falando de Patrimônio Cultural: cartilha de educação patrimonial**-Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Phoenix Cultura, 2012.

OLIVEIRA. Tatiana Mello de. **Memória e Discurso: Múltiplos Sentidos do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. Rio de Janeiro. 83 p. Dissertação(Programa de Mestrado em Memória Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2011.

PMSM – Prefeitura Municipal de São Mateus. **Lei Municipal nº. 104/2015**. Aprova o Plano de Educação no Município de São Mateus, ES e da outras providências. Disponível em <http://www.ivc.br/wp-content/uploads/2013/04/f60dee15047b48021ff76f27ad0456b5.pdf> . Acesso em 06/04/2017.

TARGINO, Maria Ivonilde Mendonça. **Uma Experiência de Educação Patrimonial na Cidade de João Pessoa: o Processo das Cartilhas do Patrimônio pelo**

**IPHAEP. 1980/2003.** João Pessoa.144 p. 2007. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal da Paraíba.

THIOLLENT, Michel, 1942. **Metodologia da Pesquisa-ação-**/ 18 ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO – **Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.** Disponível em <http://www.unesco.org.br>. Acesso em 06/04/2017.

## ANEXO: REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM HISTÓRIA







**APÊNDICEA: QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES DE HISTÓRIA DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MATEUS, ES**

**Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional**

**Escola:** \_\_\_\_\_

1-Você conhece o Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

( ) SIM      ( ) NÃO

2- Durante suas aulas, você desenvolve com seus alunos atividades que visem o conhecimento do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus?

( ) SIM      ( ) NÃO

3-De que forma você desenvolve o conhecimento nos alunos sobre o Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4-Quais/qual Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus que você trabalhar durante suas aulas? Justifique.

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5-Você acredita que o Ensino de História possui responsabilidades educacionais em relação ao reconhecimento e preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

( ) SIM      ( ) NÃO

Quais? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6- Quais elementos do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES, estão, ou já estiveram presentes, na escola em que você leciona História no desenvolvimento das atividades pedagógicas? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

7- Em relação ao Currículo Escolar da rede municipal de educação de São Mateus - ES, você acredita que o mesmo contempla em seus objetivos o reconhecimento e a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

( ) SIM ( ) Não

Outro \_\_\_\_\_

---

8- Existem desafios enfrentados por você para a realização de práticas pedagógicas que contemplem o reconhecimento e preservação do patrimônio cultural imaterial de São Mateus – ES no cotidiano escolar?

( ) SIM ( ) Não

Quais? \_\_\_\_\_

---

---

9- Em sua concepção, qual a relação entre o Ensino de História nos anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e o Patrimônio Cultural Imaterial de São Mateus – ES?

---

**APÊNDICE B: SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESQUISA****PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*  
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Reconhecido pela Portaria MEC/CNE nº 1.324 de 08/11/2012 publicada no D.O.U. de 09/11/2012

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA**

São Mateus(ES), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Prezado(a) Senhor(a)

Eu,

\_\_\_\_\_,  
aluno (a), do curso de **Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional** da **Faculdade Vale do Cricaré**, solicita ao/diretor (a) da \_\_\_\_\_,  
autorização para realizar a pesquisa, com o objetivo de desenvolver trabalho do Mestrado. A pesquisa será orientada pelo (a) Professor (a) \_\_\_\_\_

Contando com a autorização de V.S.<sup>a</sup> colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador